

T 306.852

LOP

fe

**FREDERICO ANTONIO MINEIRO LOPES**

**FÉ E VIDA: AÇÃO EDUCATIVA PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS  
COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE RURAIS DA PARÓQUIA SÃO  
SEBASTIÃO, EM MONTES CLAROS, NORTE DAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. Robson Amâncio

LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2004

**CENTRO de DOCUMENTAÇÃO**  
**CEDOC/DAE/UFLA**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da UFLA**

Lopes, Frederico Antonio Mineiro

Fé e vida: ação educativa para participação social nas comunidades  
eclesiais de base rurais da paróquia São Sebastião, em Montes Claros,  
Norte das Gerais / Frederico Antonio Mineiro Lopes. -- Lavras : UFLA,  
2004.

112 p. : il.

Orientador: Robson Amâncio  
Dissertação (Mestrado) – UFLA.  
Bibliografia.

1. Participação. 2. Intervenção. 3. Desenvolvimento. 4. Educação popular. 5.  
CEBs. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-306.852  
-323.042

**FREDERICO ANTONIO MINEIRO LOPES**

**FÉ E VIDA: AÇÃO EDUCATIVA PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS  
COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE RURAIS DA PARÓQUIA SÃO  
SEBASTIÃO, EM MONTES CLAROS, NORTE DAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal  
de Lavras como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em Administração,  
área de concentração em Gestão Social,  
Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do  
título de “Mestre”.

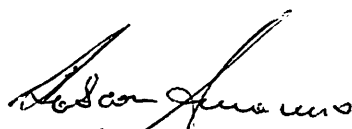
APROVADA em 10 de fevereiro de 2004

Prof. Edgar Alencar

UFLA

Prof. João Batista Libanio

ISI-CES

  
Prof. Robson Amâncio  
UFLA  
(Orientador)

LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL

*Ofertório da Comunidade  
(Canto das CEBs)*

*Nesta mesa da irmandade, a nossa  
Comunidade se oferece a ti Senhor.  
Nosso sonho nossa luta, nossa fé,  
Nossa conduta te entregamos com amor.*

*Novo jeito de sermos Igreja  
Nós buscamos Senhor em tua mesa.*

*Neste pão te oferecemos os mutirões  
Que fazemos, a partilha a produção.  
Neste vinho a alegria que floresce  
Cada dia dentro de nossa união.*

*Nesta Bíblia bem aberta encontramos  
A luz certa para aqui te oferecer.  
Ela Reúne o teu povo na busca  
Do mundo novo  
Onde os pobres vão viver.*

*Nosso coração inteiro Deus humano  
E companheiro deixamos no teu altar.  
Nosso canto e a memória do martírio  
E da vitória nós trazemos pra te dar.*

Ao meu pai, Genésio, que já foi para a festa na grande comunidade, e à minha mãe Anália,

**DEDICO.**

Às pessoas que abriram caminho e foram sal e luz para as que hoje acreditam e seguem lutando a favor da vida, da justiça e da paz, e contra toda forma de opressão, latifúndio e dominação.

**OFEREÇO.**

## AGRADECIMENTOS

Quero partilhar tantas coisas boas que aconteceram neste período tão intenso e de crescimento integral, que vivi nestes dois anos em Lavras. Tudo foi graça, tanto às coisas muito boas, de fato, quanto àquelas que não tão boas, num primeiro momento, mas que, posteriormente, pude tirar proveito, saindo mais fortalecido, um pouco mais humilde, simples e desapegado. Pude conhecer-me um pouco mais, minhas limitações, meus talentos, minha vocação a ser livre e a minha humanidade, percebendo a presença de Deus nestes acontecimentos.

Agradeço profundamente e dou muitas graças ao Eterno Senhor e Criador de todas as coisas e de todos nós, o Deus Pai e Mãe da vida. Agradeço à minha família, ao meu pai que tive, companheiro até o final de 2002, cujo exemplo de caráter e honestidade, acompanhou-me ao longo deste curso e acompanhará pela vida. À minha mãe que procurou educar-me para a justiça, fraternidade e caridade. Aos meus irmãos Fernando e Patrícia, cada um a seu jeito, agradeço por tê-los. A toda minha família, aos amigos e amigas.

Um trabalho como este não se realiza sem a ajuda direta e indireta de muita gente, do mutirão da vida e sem aprender muito com esse povo. Agradeço às trabalhadoras e trabalhadores rurais das comunidades que me acolheram em seus lares, que abriram o livro da vida pessoal e comunitária com toda confiança e vontade de colaborar. Contribuíram muito para a pesquisa e para minha vida, preciosidades que levarei para sempre com muita amizade e consideração. Especialmente dona Fátima e seu Luís, Suely e Gilmar, Geraldo e Josi, Brulino e Tiana. Todas as pessoas que deram do seu tempo e repartiram o ser e o ter num belíssimo testemunho de solicitude e fraternidade.

Ao povo brasileiro que financiou meus estudos com o suor do seu trabalho por meio da bolsa de estudos pela CAPES.

Muito obrigado aos professores e funcionários do DAE/UFLA, em especial ao comitê que me orientou e me ajudou a ampliar um pouco mais a minha visão de mundo e concepção de realidade: Edgard Alencar, Robson Amâncio e Euler Siqueira. Às amigas Dona Maria José, Sílvia e Eveline pelo carinho, sorriso e apoio nos dias cinzas. Às professoras do Departamento de Educação Rosana, Jaqueline, Claudia e Ila, por indicar os rumos a seguir nas estradas da educação para a vida e para a liberdade. Aos professores e amigos, Igor Von Tiesenhausen, Arnaldo e Eurico.

Agradeço muito à comunidade dos jesuítas de Montes Claros: Ignacio Pérez, João Luiz, José Pedro, Paulo, Pedro Luís, Kyiti, Caneda, José Maria e Enrique, pela atenção e abertura das portas à pesquisa. Minhas considerações e

respeito às pessoas das pastorais da paróquia São Sebastião, principalmente da pastoral rural e das CEBs, Dorinha, Sônia Gomes, Cé, Isméria, Ilza e Geraldinha. À equipe de espiritualidade da Casa de Nazaré. Ao provincial dos jesuítas da província Centro-Leste padre Netto por todo apoio e incentivo. Aos estudantes de filosofia que me acolheram no Instituto Santo Inácio (ISI) e muito colaboraram. Ao padre Libanio que, além de aceitar o convite para a banca, contribuiu e muito na co-orientação, abrindo mais portas e caminhos do conhecimento e da biblioteca padre Vaz.

Aos companheiros e companheiras do Centro de Agricultura Alternativa, dentre eles, Dayrell, Solange, Arlân e Leninha; da Comissão Pastoral da Terra, Avilmar e Paulo e da Pastoral da Criança, Carmem; que desde o princípio desta caminhada acreditaram e incentivaram-me. Às irmãs Servas do Sagrado Coração de Jesus, Maria, Vivian, Yrene, Lídia, Eileen (também pelo abstract), Leonor, Luiza, Myrian, Carmen Flores, Rosalina e Kasuko. Às Dominicanas da Anunciata, especialmente; Carmen, Otilia, Mônica e Belém.

Aos meus amigos do 19º Grupo de Escoteiros São José, que também me ensinaram a ser mais amigo do cerrado, Murilo, Valdite, Maria, Kid, Suzart, Igor, George, Romero, Helmer e Leo Tadeu. Aos meus grandes amigos Milton e Luciano Gerard (Bolão).

Minha madrinha Leila e Ricardo pela acolhida e compreensão no mês que permaneci em Belo Horizonte dedicando ao árduo e (às vezes) solitário ofício de escrever esta dissertação, mas que valeu a pena. Aos amigos da república, notadamente, Afrânio Farias de Melo Júnior. Aos amigos e amigas africanos e de Latino América que me ensinaram muito sobre sua terra, sua cultura e seu povo, sendo sempre solidários e enriquecendo as discussões por um outro mundo “posible, justo y libre”. As pessoas do NARA (Núcleo de Apoio à Reforma Agrária) e do YEBA, Fernanda Carvalho e Rafael.

À minha turma 2002. Agradeço especialmente por toda a presença das pessoas que, presentes na vida umas das outras, ousaram ser cooperativas, colaboradoras, compreensíveis e solidárias, ao invés da competitividade egoística destes tempos neoliberais. Aos amigos Kleber, Kátia e Tátilla, Daniel, Virgílio, Filipe, Alemão, Juan Pablo, Clé-dinaldo, Senger. Às amigas Angélica, Leticia, Daniele, Geraldine, Carla, Aline, Rosângela, Rosana, Alíria, Adriana, Bianca, Lúcia, Marina, Karime, Estela, Fernanda, Paloma, Dulce, Michele, Alci, Krishna e Mirian.

À comunidade Nossa Sra. de Fátima, em Lavras, que me acolheu e me concedeu a honra de trabalhar com os adolescentes na catequese de crisma e no grupo de jovem, num trabalho libertador e de promoção humana. Ao pessoal de José Márcio, Francine, Dona Maria Antônia, Seu Geraldo, Itamar, Guilherme e toda família. Aos amigos da república Guatambu e do 22 Acauã.

Enfim a todos e todas que com sua amizade e orações partilham hoje da minha felicidade. Grato, grato, gratíssimo.

## SUMÁRIO

Página

LISTA DE SIGLAS .....	i
LISTA DE QUADROS.....	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
1 INTRODUÇÃO .....	01
1.1. Pressupostos para a análise .....	03
1.1.1 Objetivos .....	03
1.1.1.1 Objetivo geral.....	03
1.1.1.2 Objetivos específicos .....	04
2 O LÓCUS DO ESTUDO .....	05
2.1 Os atores sociais: agricultores familiares e camponeses.....	05
2.1.1 Agricultura familiar.....	06
2.1.2 Campesinato.....	08
2.2 Trabalhadores e trabalhadoras rurais dos gerais .....	09
2.3 Jesuítas .....	10
2.4 A instituição eclesial .....	11
2.4.1 A paróquia São Sebastião .....	12
2.4.2 Estrutura e organização paroquial.....	15
3 METODOLOGIA .....	18
3.1 Procedimentos metodológicos .....	18
3.2 Definindo os métodos da pesquisa: a coleta de informações.....	20
3.3 O trabalho de campo .....	21
4 REFERENCIAL TEÓRICO .....	25
4.1 Algumas considerações sobre o desenvolvimento.....	25
4.1.1 Conseqüências do pseudodesenvolvimento rural sem o envolvimento e participação da base .....	27
4.1.2 Presenças, ausências institucionais públicas e outros aspectos agroecossistêmicos.....	30
4.1.3 Outros atores, novas formas de trabalho: desenvolvimento e os movimentos sociais populares e alternativos .....	31
4.1.4 Sustentabilidade e desenvolvimento .....	32

4.2 Envolvimento: a participação nas CEBs como expressão da promoção humana pretendida pela ação interventora da Teologia da Libertação .....	35
4.2.1 Revisitando as formas de intervenção tutorial e educativa .....	35
4.2.2 CEBs: espaço para ação educativa e participação social .....	39
4.2.3 Teologia da Libertação: algumas considerações .....	41
4.2.4 Educação popular.....	43
4.2.5 Participação: a força da organização comunitária decorrente da intervenção educativa.....	46
4.2.6 Participação: a conquista de poder de contraposição .....	49
5 DISCUTINDO OS RESULTADOS .....	55
5.1 As comunidades rurais da paróquia São Sebastião: gênese e características .....	55
5.1.1 Interações com os espaços internos e externos .....	57
5.2 Concisa narrativa histórica da cultura religiosa local.....	60
5.3 A intervenção num período de mudanças conjunturais, eclesiais e demográficas .....	62
5.4 As Comunidades Eclesiais de Base rurais .....	65
5.4.1 A nova dinâmica de participação .....	67
5.4.2 Metodologia educativa popular das CEBs .....	74
5.4.3 Reuniões: da reflexão teológica para a participação social.....	78
5.4.4 O “primeiro sábado” .....	80
5.5 Celebrar a vida: a continuidade do cultivo do trabalho paroquial e da luta participativa pelo desenvolvimento sustentável .....	82
5.6 Tipologias dos participantes.....	88
5.6.1 Participante pleno.....	92
5.6.2 Participantes eventuais.....	95
5.6.3 Não participantes.....	97
5.7 As três tipologias e a consciência ambiental.....	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106



## LISTA DE SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
CAA/NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CEANORTE	Central de Abastecimento do Norte de Minas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMMS	Escola Municipal Mariana Santos
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização Não Governamental
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PJ	Pastoral da Juventude
PT	Partido dos Trabalhadores;
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros
SJ	<i>Societatis Jesus</i> – Companhia de Jesus

## LISTA DE QUADROS

	<b>Página</b>
QUADRO 1 Dimensões e indicadores de desenvolvimento.....	38
QUADRO 2 Tipos participativos entre os habitantes do espaço pesquisado...	90

## RESUMO

LOPES, Frederico Antonio Mineiro. **Fé e vida: ação educativa para participação social nas comunidades eclesiais de base rurais da paróquia São Sebastião em Montes Claros, Norte das Gerais.** Lavras: UFLA, 2004. 111 p. (Dissertação - Mestrado em Administração)\*

A paróquia São Sebastião, localizada no município de Montes Claros/MG, caracteriza-se por seu planejamento e por seu trabalho pastoral apostólico, orientando seus esforços para integrar fé e vida. As décadas de 1980 e 90 destacaram-se pela intensa participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas CEBs e pela educação popular com vistas à promoção humana e, conseqüentemente, comunitária. Este estudo de caso, de caráter interpretativo, buscou averiguar, pela observação participante e pelo roteiro de entrevistas, se o modo de intervir dos jesuítas, por meio das CEBs, foi educativo (de corte popular) ou tutorial (de cunho autoritário). Buscou também perquirir se havia relação entre a participação nas atividades paroquiais e as desenvolvidas nas associações, no sindicato e na própria comunidade, bem como se este envolvimento favoreceu o surgimento de práticas de desenvolvimento sustentável no cenário pesquisado. As respostas às questões foram dadas pelos próprios atores sociais, isto é, produtores familiares, moradores, religiosos e agentes pastorais e interpretadas pelo pesquisador. A intervenção educativa para a participação social nas comunidades propiciou o crescimento pessoal, comunitário e regional, contribuindo para o desenvolvimento a partir do envolvimento das pessoas como protagonistas na resolução dos seus problemas em todos os âmbitos e na busca de alternativas sustentáveis aos modelos economicistas e excludentes de desenvolvimento.

---

Comitê Orientador: Robson Amâncio - UFLA (Orientador), Edgar Alencar – UFLA, João Batista Libanio – ISI/CES.

## ABSTRACT

LOPES, Frederico Antonio Mineiro. **Faith and life: educational action for social participation in the rural basic ecclesial communities of St. Sebastian's parish in Montes Claros, in the North of Minas Gerais.** 2004. 111 p. Dissertation (Master Degree in Administration) Universidade Federal de Lavras\*.

St. Sebastian's Parish, located in the municipality of Montes Claros, in the State of Minas Gerais, characterizes itself by its planning and by its apostolic pastoral work, directing its efforts towards integrating faith and life. The '80s and '90s were marked by intense rural worker participation in the Basic Ecclesial Communities (BECs) and by popular education with a view to human, and therefore community, promotion. This case study, of an interpretative nature, sought to verify, by participative observation and by interview transcripts, if the manner of the Jesuits' intervention, through the BECs, was educational (with popular appeal) or tutorial (with an authoritarian hallmark). In addition it sought to investigate if there was a relationship between participation in parochial activities and those developed in the associations, in the trade union and in the community itself, as well as if this involvement favored the emergence of practices of sustainable development in the scenario researched. The answers to the questions were given by the social agents themselves, that is, domestic producers, residents, the Jesuits, pastoral workers, and interpreted by the investigator. Educational intervention for social participation in the communities provided personal, community and regional growth, contributing to development derived from people's involvement as protagonists in the solution of their problems in all areas, and in the search for sustainable alternatives to economic models that exclude development.

---

\*Guidance Committee: Robson Amâncio - UFLA (Advisor), Edgard Alencar – UFLA and João Batista Libanio – ISI/CES.

# 1 INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa desta dissertação teve origem na interação entre o pesquisador e agricultores familiares em um cenário específico no Norte de Minas Gerais. É, pois, o resultado da percepção e sensibilidade do observador, envolvidas em seus referenciais teóricos e demais dimensões cognitivas/ontológicas, depois trabalhadas dentro de princípios metodológicos que caracterizam o procedimento científico. Tais considerações iniciais são relevantes, pois salientam de imediato o caráter interpretativo adotado na pesquisa e a não dissociação entre a natureza humana do pesquisador e a natureza humana do objeto pesquisado nas ciências sociais.

No ano 2000, ao percorrer algumas comunidades do Norte de Minas Gerais participando de reuniões, cursos, discussões do Fórum Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Norte de Minas, manifestações e outras atividades do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), foi percebido que as lideranças dos sindicatos dos trabalhadores rurais das comunidades e respectivas associações, participavam ativamente em suas comunidades e no CAA/NM como sócios ou diretores. Conversando com camponeses e camponesas nestas ocasiões, com o interesse de saber suas trajetórias históricas, estes revelavam uma anterior participação nas comunidades eclesiais de base (CEBs) ou na Pastoral da Juventude (PJ). O que mais chamou a atenção pelas observações e conjecturas sobre as histórias contadas foi a amplitude participativa em outros movimentos sociais populares e na própria comunidade, pela consciência crítica do contexto atual, exercendo com dignidade sua cidadania, muitas vezes com pouca escolaridade, baixo poder aquisitivo e muita auto-estima.

Para compreender esta situação, formulou-se a seguinte questão norteadora central: “A participação cidadã seria um traço da metodologia de intervenção praticada por religiosos da Companhia de Jesus e seus agentes pastorais que atuaram em comunidades rurais situadas ao sul do município de Montes Claros?”. Este espaço rural, localizado a uma distância média de quatrocentos quilômetros de Belo Horizonte, transformou-se no foco ou caso pesquisado.

Mais especificamente buscou-se averiguar se o modo de intervir destes jesuítas, por meio das CEBs, foi educativo (de corte popular) ou tutorial (de cunho autoritário)? Buscou-se também perquirir se havia relação entre a participação nas atividades paroquiais e as desenvolvidas nas associações, no sindicato e na própria comunidade, bem como se este envolvimento favoreceu o surgimento de práticas de desenvolvimento sustentável no cenário pesquisado. As respostas às questões foram dadas pelos próprios atores sociais, isto é, produtores familiares, moradores, religiosos, agentes pastorais e interpretadas pelo pesquisador. Daí a relevância de se conhecer um pouco de sua idiosincrasia.

A militância do autor em movimentos populares sociais, o olhar masculino, montesclarenses, mineiro, cristão, socioambiental, constituído há 31 anos, certamente influenciou e parcializou em algum grau. Pretender um trabalho com total neutralidade e imparcialidade seria uma ilusão ou instauração de uma ideologia e um epistemicídio. Para maior cientificidade deste trabalho, sua validade e confiabilidade, foram tomados cuidados metodológicos, buscando minimizar vieses e limitações, aproximando-se epistemologicamente do ideal de imparcialidade e pureza científica. Esta tentativa é refletida na estrutura deste trabalho.

Além das considerações introdutórias serão expostas as pressuposições para a análise e os objetivos. O segundo capítulo apresenta o local onde os atores

sociais e institucionais protagonizaram o caso enfocado, bem como seu contexto histórico-regional. O terceiro aborda a metodologia utilizada. A partir do quarto capítulo tem início o referencial teórico que trata sobre o desenvolvimento sob diferentes perspectivas e o envolvimento para a participação nas CEBs como expressão da promoção humana pretendida pela ação interventora da Teologia da Libertação. No quinto capítulo serão apresentados os resultados e a discussão acerca da pesquisa de campo. Finalmente, o sexto capítulo será o espaço para as considerações finais.

## **1.1 Pressupostos para a análise**

Uma vez elaboradas as questões e os objetivos, geral e específicos, estes foram pesquisados a partir da perspectiva da construção social desta realidade concebida pelos moradores do espaço pesquisado. A metodologia utilizada permitiu a formulação das questões que posteriormente tornaram-se os subsídios para os objetivos e para o roteiro de entrevista. Para tanto, essas questões foram transformadas em objetivos.

### **1.1.1 Objetivos**

#### **1.1.1.1 Objetivo geral**

Analisar se a participação cidadã foi um traço da metodologia de intervenção praticada por religiosos da Companhia de Jesus e seus agentes pastorais que atuaram em comunidades rurais situadas ao Sul do município de Montes Claros.

### **1.1.1.2 Objetivos específicos**

**Investigar se o modo de intervir dos jesuítas, por meio das CEBs, foi educativo (de corte popular) ou tutorial (de cunho autoritário).**

**Perquirir se houve relação entre a participação nas atividades paroquiais e as desenvolvidas nas associações, no sindicato e na própria comunidade.**

**Averiguar se este envolvimento favoreceu o surgimento de práticas de desenvolvimento sustentável no cenário pesquisado.**



## 2 O LÓCUS DO ESTUDO

Este capítulo tem por finalidade caracterizar os habitantes da região e os agentes externos que ali realizaram a intervenção, bem como a instituição a qual pertencem.

### 2.1 Os atores sociais: agricultores familiares e camponeses

Os atores sociais locais possuem diferentes denominações. Algumas calcadas em referenciais teóricos acadêmicos, como “agricultura familiar” e “campesinato”, outras na vivência e simbolismo regional como “geraizeiros” e ainda outras fundadas no sincretismo entre o simbólico regional e o mundo externo, representado pelas transformações sociais. Este é o caso das expressões “trabalhadores e trabalhadoras rurais”. Os significados de todos estes termos são contextuais e representam articulações com significados de outros objetos também presentes no contexto. São relacionados com os modos como diferentes atores percebem o mundo, isto é, com suas dimensões ontológicas de realidade. Cabe ao pesquisador interpretar tais articulações para aproximar-se do significado que elas expressam. Mas o pesquisador carrega, como qualquer ser humano, uma concepção de mundo impossível de ser removida, mas passível de ser ponderada dentro de limites de uma estratégia metodológica. Torna-se, pois, necessário explicitar o que tais termos representam neste trabalho.

Há uma proximidade no significado destes termos. Mas, nem por isso, deixa-se de gerar uma discussão ampla sem se chegar, em muitos aspectos, a um acordo fechado. Serão diferenciados, a princípio, o camponês e o agricultor familiar, particularmente presentes nesta região, pelo excedente da produção

agrícola, extrativista e da comercialização, além dos bens de consumo adquiridos, ou seja, a renda oriunda destas atividades pelo segundo.

Será feita, pois, a junção de dois conceitos: o antropológico e o sociológico de família. O conceito antropológico aprofunda a análise dinâmica do relacionamento familiar, porém, limita-se a segmentos pontuais da sociedade. Já o conceito sociológico ou demográfico é capaz de traçar retratos familiares generalizáveis, contudo estáticos e limitados ao grupo coincidente com a unidade doméstica (Bruschini, 1989). Utilizam-se usadas abordagens diversificadas sobre o tema, que será fundamentado a partir de autores como Chayanov, Martins e Kautsky. As definições nem sempre convergentes têm, cada qual, seus alcances e limitações.

Neste espaço rural há relações sociais de convivência comunitária, típica da ajuda mútua nestas regiões como as descritas por Cândido (2001); nestas sociedades há uma integração de todas as atividades. Este fato social total, segundo Mauss (1974), exprime, ao mesmo tempo, integralmente ou sem separação, toda a espécie de instituição desde o futebol, festas religiosas, mutirão, trabalho na propriedade e na associação, passando pelo trabalho não agrícola, até a dádiva e a reciprocidade em casos de falecimento, colheita, festa, doença e crise financeira.

### **2.1.1 Agricultura familiar**

Família, numa perspectiva baseada em temas como reprodução da força de trabalho e estratégias de sobrevivência das camadas menos favorecidas da população, teve sua imagem simplificada pelas correntes marxistas (Bruschini, 1989). É também descrita como o somatório de indivíduos de um ou outro sexo que desempenham papéis complementares de produção, de valores de uso e venda de força de trabalho, visando a sua reprodução social.

Ampliando este conceito, a mesma autora acrescenta que o grupo familiar não é formado apenas pela soma de indivíduos que o compõem, mas pelas relações que se estabelecem entre eles. A família é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e de tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo “harmonioso e sereno” voltado para a satisfação de necessidades econômicas, mas sim de uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres (Bruschini, 1989).

Portanto, a expressão agricultura familiar, aqui neste trabalho, foi considerada a partir do tamanho da propriedade agrícola, um dos critérios para associar-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros (STR), que é de, no máximo, cem hectares e, ainda, pela definição de unidade de produção familiar pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que incorpora os seguintes critérios:

- a) *“seja explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a contratação de empregados sazonais ou de até dois empregados permanentes;*
- b) *a renda bruta da unidade familiar seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento de atividade desenvolvida na propriedade ou dela oriunda e*
- c) *a família more no próprio imóvel ou em aglomerado urbano próximo (Mercadante, 2002:10)”.*

### 2.1.2 Campesinato

Os termos que designavam pejorativamente os moradores e trabalhadores do campo foram caindo em desuso à medida que aumentaram as lutas camponesas, ou seja, com a entrada da situação do campesinato no debate político nacional. As palavras: “camponês” e “campesinato” foram uma importação política da esquerda na década de 1960, resultado das lutas dos trabalhadores do campo em diversos pontos do país nos anos 1950. Pretende ser também a designação de um destino histórico: da exclusão à participação (Martins,1981).

Todo camponês é um agricultor familiar, porém, o contrário não é verdadeiro, principalmente pela finalidade do trabalho. O camponês, para Chayanov (1974), objetiva seu trabalho para a satisfação de suas necessidades, ou seja, a subsistência, definida culturalmente. E é o próprio camponês quem determina por si mesmo o tempo e a intensidade do trabalho. Ele não contrata mão de obra, possui seus próprios meios de produção e, ocasionalmente, é obrigado a empregar parte de sua força de trabalho em atividades não agrícolas. A composição da família define os limites máximo e mínimo do volume de suas atividades. A força de trabalho das unidades de economia doméstica está completamente determinada pela disponibilidade dos que, na família, estejam aptos para trabalhar.

Especificamente, na economia camponesa, a ausência da categoria salário implica que suas explorações, baseadas no trabalho familiar, pertencem a uma estrutura econômica fundamentalmente diferente das empresas capitalistas e requerem uma teoria econômica distinta (Silva, 1999). No modo de produção camponês não existe lucro, salário e nem renda. Portanto, não é possível determinar a distribuição respectiva dos fatores de produção: capital, trabalho e terra. Não é a mais-valia que determina o uso dos recursos e a dinâmica dos

processos de produção. Para o modo de produção camponês há que se buscar outros mecanismos que expliquem o seu funcionamento e sua racionalidade.

Para Kautsky (1968), os camponeses conseguem viver numa economia capitalista porque são capazes de montar estratégias de sobrevivência e reprodução no seu sistema de produção, articulando-se dentro e fora da sua terra, enfrentando as condições mais adversas, contrapondo-se à economia de escala.

## **2.2 Trabalhadores e trabalhadoras rurais dos gerais**

Os “Gerais” são as chapadas, florestas nativas típicas desta região de cerrado, repletas de significados, possuindo grande valor simbólico, econômico e cultural para o povo que os ocupam: os geraizeiros (Dayrell, 1998).

A grande maioria dos geraizeiros que vivem no espaço pesquisado é oriunda da agricultura familiar e do campesinato, mesmo aqueles que atualmente trabalham<sup>1</sup> nas escolas, postos de gasolina, restaurantes, areeiras, agroindústria, clubes ou sítios, dentre outras ocupações rurais não-agrícolas, para as quais vendem sua força de trabalho. Esta situação ocorre com maior frequência nas comunidades às margens das duas rodovias que cortam este espaço: BR-135 e BR-365, evidenciando as ocupações rurais não-agrícolas e a pluriatividade do novo rural brasileiro (Graziano da Silva, 1999).

Durante o trabalho de campo constatou-se que as pessoas desta região se identificam como trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esta identidade foi assumida e declarada convictamente, sobretudo pelas mulheres, após um trabalho de conscientização feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

---

<sup>1</sup> Nesta região foram encontradas três situações de alocação da força produtiva nas distintas atividades: definitivamente, temporariamente ou a agricultura combinada parcialmente com o trabalho não-agrícola.

(FETAEMG), STR e pela paróquia, que pretendeu assegurar-lhes a aposentadoria como trabalhadoras rurais que são de fato e de direito.

Até então as mulheres não conseguiam o direito da aposentadoria, sob a alegação de que elas eram donas de casa ou “do lar”. Tudo isso por causa da descrição sucinta de que realizavam trabalhos domésticos e ajudavam os maridos. Anteriormente percebiam estas atividades como uma obrigação (informal) e não como um trabalho reconhecido pela legislação trabalhista, omitindo que tinham, no mínimo, uma tripla jornada.

Primeiro, o trabalho em casa, cuidando da sua organização e dos filhos. Depois, na produção agrícola (plantio, colheita e extrativismo) com o marido ou na ausência deste em função das idas à cidade para resolver assuntos do STR ou da associação. Por último, o manejo de pequenos animais e da horta para consumo da família, praticamente exclusividade delas. Além disso, ainda participam em várias organizações de interesse comunitário, como a associação, o STR e nos grupos de reflexão acompanhados pelos agentes de pastorais e pelos jesuítas da paróquia São Sebastião.

### **2.3 Jesuítas**

A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa que foi fundada em 1540 por um grupo de universitários de diversas nacionalidades, em Paris, tendo como principal fundador o espanhol basco Inácio de Loyola. A presença dos jesuítas no Brasil remonta ao ano de 1549, no período histórico colonial e os mais conhecidos são José de Anchieta, Manoel da Nóbrega e Antonio Vieira.

Dentre os diversos campos de atuação da Companhia de Jesus, os principais são: educacional, exercícios espirituais, paróquias e capelarias, pastoral social, meios de comunicação social, missões com os povos indígenas e

serviços aos refugiados (sudeste asiático, alguns países da África, imigrantes na Europa, etc.).

Inácio de Loyola escreveu os Exercícios Espirituais. Partindo desse método de oração, a pessoa é inspirada a ser cristã “contemplativa na ação”, a ser e fazer “mais” (Magis Inaciano) para o bem maior, universal ou, na linguagem inaciana, “para maior glória de Deus”, em tudo amando e servindo. Ao buscar a vivência religiosa por meio desta espiritualidade, a pessoa que a assimila e a considera é levada a repensar sua vida e prática cristã, ordená-las e se engajar em algum grupo de serviço, seja dentro da própria Igreja ou, por exemplo, num trabalho social.

## **2.4 A instituição eclesial**

O nível primário da ação evangelizadora é a paróquia ou território sobre o qual se estendem a coordenação e a orientação espiritual de um pároco. Uma paróquia é formada por uma comunidade matriz e outras comunidades que podem, ou não, ser agrupadas em núcleos. As comunidades são constituídas por bairros na zona urbana. Na zona rural são compostas por um povoado ou conjuntos de propriedades rurais com características socioeconômicas comuns, limites geográficos naturais ou estabelecidos ao longo do tempo pela divisão das terras por herança ou casamento.

O conjunto de paróquias forma a diocese, cuja autoridade maior é o bispo. Por conseguinte, o conjunto de todas as dioceses espalhadas pelo mundo compõe a Igreja Católica Apostólica Romana, que é governada pelo Papa com o auxílio dos cardeais. A sede está situada no Vaticano, em Roma, Itália.

Embora pertencentes à mesma Igreja e tendo uma hierarquia pautada pela obediência às suas autoridades, cada paróquia tem suas peculiaridades<sup>2</sup> regionais e culturais. Geralmente, algumas dão ênfase às missas, aos movimentos e grupos internos; o pároco (padre que responde pela administração da paróquia) tem a palavra final e eventualmente consulta um grupo ou conselho paroquial composto pelos moradores desta paróquia. Outras, além do trabalho que é previsto no múnus sacerdotal e religioso, trabalham com especial atenção às pastorais sociais, envolvem-se com os problemas sociais das comunidades que a compõem e caracterizam-se pelo trabalho inserido junto ao povo e com o povo, em instâncias participativas democráticas.

#### **2.4.1 A paróquia São Sebastião**

A paróquia São Sebastião, como consta no livro de tomo, tem por data de fundação: o dia 20 de janeiro no ano da graça de 1960. É constituída atualmente por 58 comunidades (20 urbanas com mais 38 rurais). Situa-se ao sul de Montes Claros, município cuja população é de 318.916 habitantes, dos quais 18.526 vivendo na zona rural (IBGE de 2002). Abrange geograficamente o território urbano próximo ao centro da cidade, que vai se prolongando pela periferia, anel rodoviário e adentra pela zona rural, no ecossistema do cerrado,

---

<sup>2</sup> Para Ribeiro (1995), numa mesma instituição, seja universitária, de extensão, eclesial ou não governamental, existem contrastes com o modo de pensar e de agir. Há setores da Igreja e da Educação conservadores, reacionários; essas tradicionais instituições estão perdendo seu poder para o mercado. Escolas não ensinam, igrejas não evangelizam, partidos não politizam, o sistema de comunicação de massas é que faz a cabeça das pessoas. Ao impor-lhes padrões de consumo inatingíveis, aprofunda ainda mais a marginalidade dessas populações e seu pendor à violência e à alienação. Este mesmo autor relaciona a violência desencadeada nas ruas com o abandono dessa população entregue ao bombardeio das rádios e dos canais de televisão, sociais e moralmente irresponsáveis, para as quais é bom o que mais vende, sem se preocupar com o desarranjo mental e moral que provocam.



com várias nascentes (olhos d'água) cujos rios se encontram e formam a bacia do São Francisco pelo oeste e a do Verde Grande pelo leste. Limita-se com os municípios de Bocaiúva, Glaucilândia, Juramento, Claro dos Poções e Coração de Jesus.

Em 1960, a diocese de Montes Claros entregou aos cuidados dos jesuítas a Vila Guilhermina e imediações. O responsável pela missão foi o padre austríaco Frederico Dokuliu. Ao fundarem a paróquia de São Sebastião onde à época, era considerado como a periferia da cidade, havia um cenário de muita carência pelo descaso do poder público, principalmente municipal. As ruas eram irregulares e sem pavimentação, não havia energia elétrica; o esgoto corria a céu aberto; havia matagais, terrenos baldios, barrocas e proliferavam animais peçonhentos (escorpiões e cobras) e não existiam postos de saúde e escolas.

Além da falta de infra-estrutura, a população sob a orientação da paróquia de São Sebastião estava submetida ao poder de lideranças de chefes políticos locais, de modo geral grandes proprietários de terras cujas ações lembravam as dos coronéis latifundiários do passado ao exercerem influência direta na política regional, reproduzindo o mandonismo, a patronagem<sup>3</sup> e a dependência. A relação de poder opressor era sustentada pelo clientelismo, pelo medo e pelo assistencialismo, não muito diferente nos dias de hoje, de maneira mais disfarçada para continuar mandando.

Em meados dos anos 1970, os jesuítas passaram a contar com o apoio das religiosas da congregação Dominicanas da Anunciata no trabalho com as comunidades populares; posteriormente foram auxiliados pelas Servas do

---

<sup>3</sup> A patronagem refere-se: *“ao sentimento de incapacidade das pessoas para lidar com os problemas que enfrentam e a predisposição para recorrer aos indivíduos, tidos como mais poderosos, na tentativa de solucioná-los. A patronagem pode predispor ao clientelismo, ou seja, à troca de favores entre as pessoas, sendo que nesta troca está envolvida, de um lado, a solução de problemas e de outro a ‘lealdade’ ou ‘submissão’ política”* (Alencar, 2001a:52).

Sagrado Coração de Jesus<sup>4</sup>. Desde o princípio, as ações pastorais desenvolvidas por esses agentes religiosos foram influenciadas pelas diretrizes do Concílio Vaticano II (1962-1965), das Conferências Episcopais de Medellín (1968) na Colômbia e Puebla (1979), no México. Esses eventos motivaram setores da Igreja latino-americana a alterarem a forma de conduzir o trabalho pastoral.

Nas conferências episcopais, ganharam força as CEBs, a Teologia da Libertação e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Alguns estudos (Libanio, 1987; Pereira, 1991; Silva, 2001) caracterizam a mudança de ação da Igreja neste período, bem como a sua natureza. Os segmentos da Igreja Católica que incorporaram esses novos princípios nas ações pastorais passaram a ser conhecidos como “progressistas”.

A segunda conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968, estabeleceu que os cristãos precisam se empenhar na luta contra as estruturas injustas da sociedade latino-americana e que este empenho deve ser a base que fundamenta toda ação pastoral (Silva, 2001). Fundamentando-se nestes princípios progressistas, o trabalho paroquial volta-se para mudar o cenário econômico e social das comunidades assistidas, integrando fé e vida, ou seja, prática iluminada pela fé cristã comprometida com a justiça, questionadora e voltada para busca da paz solidariamente.

---

<sup>4</sup> Informações obtidas em depoimentos com Maria Soledade Freitas e Rita Menezes, secretárias da paróquia, e mediante consulta ao livro de tombo da paróquia, em fevereiro de 2003.

Dessa maneira, este trabalho apostólico, marcado pela opção preferencial pelos pobres, com a participação das pessoas nas CEBs, sobretudo nas décadas de 1980 e 90, se contrapôs às antigas formas de intervenção e controle do poder regional. Nesta tarefa, os progressistas procuraram aproximar situações e personagens bíblicas do cotidiano dos seus paroquianos.

Comumente este trabalho é chamado de profético<sup>5</sup> porque é pautado pelo anúncio do Reino<sup>6</sup> e pela denúncia de tudo aquilo que quer impedir a sua realização; anunciar um mundo de paz possível e denunciar a injustiça que gera estorvos às grandes populações em toda a Terra e que leva à morte toda ecologia. Esse modo de proceder tem também suas origens, ou retomada, em 1949, quando o superior geral dos jesuítas de todo o mundo, o padre Janssens, chamava-os a humanizar as condições opressoras da sociedade. Em 1975, a Companhia de Jesus definia a luta pela justiça essencial ao serviço da fé: “Serviço da fé e promoção da justiça, em diálogo com as culturas e religiões” (Apostolado Social, 1998). Essas duas expressões exortativas são levadas em consideração em muitos documentos e reflexões em todos os continentes onde atua a Companhia de Jesus.

#### **2.4.2 Estrutura e organização paroquial**

Historicamente e desde o início, a ação pastoral da paróquia São Sebastião foi se legitimando pela opção preferencial pelos pobres. Administrar democraticamente junto com os outros religiosos e com as pessoas participantes

---

<sup>5</sup> Profetas são aqueles que aparecem nas narrativas bíblicas do Velho Testamento e que denunciam a opressão, a mentira e a corrupção contra o povo, e anunciam a esperança da libertação pela vinda do Messias, prevista nas escrituras daquele tempo a.C..

<sup>6</sup> O Reino é um termo escatológico, é a proposta evangélica aberta a todos os povos, de comunhão, união e solidariedade, que deve começar aqui na Terra pautada pela caridade, justiça e paz, atingindo a sua plenitude após a morte.

das comunidades que a constituem tornou-se imperativo. Os espaços deliberativos e participativos, onde são expressas as opiniões, realizados os planejamentos e tomadas as decisões são: a assembléia paroquial, o conselho paroquial, os conselhos comunitários e as equipes de serviços pastorais.

A paróquia procura fazer a cada ano o planejamento participativo pelo método de trabalho popular: **ver, julgar, agir e celebrar**<sup>7</sup> (Boff, 1988), típico das paróquias que pretendem ser, nos documentos e na prática, participativas e democráticas de fato. Todos os anos são realizadas assembléias paroquiais para identificar, analisar e estabelecer objetivos para futuras ações. Os resultados dessas reuniões são registrados no livro de metas para orientar as ações do ano posterior, assim como as prioridades de atuação. Este livro de planejamento, localmente denominado “livrinho vermelho”, é distribuído para as comunidades urbanas e rurais que constituem a paróquia. No seu conteúdo está toda a organização paroquial, objetivos e metas, os nomes das comunidades, de suas lideranças, agentes de pastoral, funções, endereços e telefones.

No planejamento/2002, por exemplo, apareceu uma questão preocupante que surgiu na assembléia paroquial, precisamente no trabalho pastoral, na qual é ressaltado o apelo à sensibilidade social diante dos problemas sociais que afligem a todos. Conscientes da realidade, assumem ainda não ter condições de enfrentar tantos desafios; reconhecem suas limitações, pelo que foi feito e o que se faz com muita dificuldade por falta de meios e pessoas disponíveis e convocam todas as pessoas a centrar forças e apoiar aquilo que já é feito nesta dimensão social, numa pastoral de conjunto.

Nas comunidades dessa região, as pessoas são também chamadas à ação e vivência da espiritualidade inaciana e a serem cristãs comprometidas com a vida, como agentes de pastoral, lideranças ou engajadas na comunidade, que

---

<sup>7</sup> O grifo é nosso.

caminham conjuntamente como “povo de Deus” e querem levar à frente uma “evangelização que provoque, também, a transformação da sociedade...” (padre José Pedro)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Padre José Pedro Lisboa, SJ, pároco de São Sebastião. Esta citação encontra-se na apresentação do planeamento paroquial do ano de 2000, na página 01.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de informações e realização do trabalho de campo.

#### 3.1 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é um estudo de caso de cunho qualitativo, categoria de investigação em ciências sociais em que o foco é uma unidade que se analisa de maneira aprofundada (Yin, 1994). Neste caso, a unidade analisada foi a área rural da paróquia São Sebastião. Segundo Bogdan e Bikken (1994), a investigação qualitativa possui cinco características: a) a fonte direta de dados é o ambiente natural; b) é descritiva; c) há um interesse maior pelo processo que simplesmente pelos resultados e produtos; d) as análises dos dados tendem a ser feitas de forma indutiva; e) o significado é de importância vital nesta abordagem.

A escolha do tema de pesquisa e da população estudada, segundo Becker (1977), remete aos valores e à história de vida do pesquisador. Para esse autor, o modo de formular o problema de pesquisa permite perceber de que lado se encontra o pesquisador. Se tal posicionamento é inevitável, a estratégia metodológica e a ética do investigador procuram evitar ou atenuar as influências que os vieses poderiam acarretar, buscando resultados válidos e confiáveis.

Foram escolhidas para permanência durante a pesquisa de campo, intencionalmente, três comunidades rurais: Olhos D'água, Planalto e Abóboras, considerando o "*itinerário participativo*" dos seus habitantes. O itinerário participativo é a trajetória histórica de participação de algumas trabalhadoras e

trabalhadores rurais oriundos destas comunidades em grupos formais<sup>9</sup> (associação, STR) e informais (mutirão, grupo de reflexão). Todavia, a pesquisa não se restringiu rigidamente às três comunidades. Eventualmente o trabalho de campo revelava situações que requeriam entrevistas e visitas para conferir as informações fora dos limites das três comunidades.

Adotou-se, para a seleção de entrevistados, o método de amostragem conhecido por “bola de neve”, em que os próprios entrevistados indicam outras possíveis pessoas que poderiam discorrer sobre temas relacionados ao foco central do estudo. Por conseguinte, mesmo quem não teve uma vivência direta com a ação dos agentes pastorais foi, quando necessário, chamado a colaborar. Tais procedimentos indicam a seqüência circular que caracteriza o modelo etnográfico de pesquisa social (Spradley, 1980).

A seqüência circular de pesquisa social inicia-se com a identificação do problema que, apreciado por um paradigma teórico, fornece os fundamentos para a formulação de questões ou hipóteses norteadoras da pesquisa que, por sua vez, conduzem à seleção dos métodos de coleta de informações. Dentre outras vantagens, a escolha deste método ocorreu porque, uma vez coletados e interpretados os dados, estes poderiam não ser conclusivos se confrontados com o problema inicial de pesquisa (Giddens, 2001). Desse modo, o traço interativo da pesquisa qualitativa é enfatizado pelo etnólogo Spradley (1980) como responsável pela dinâmica e profundidade da investigação, permitindo a reconstituição de fatos e a checagem de suas evidências e significados. O

---

<sup>9</sup> De acordo com Alencar (2001a), o grupo formal é aquele sistematicamente constituído para desempenhar certas funções e opera em conformidade com certas regras de procedimentos previamente estabelecidas, denominadas regimentos, estatutos, etc. De modo geral, os grupos formais são chamados de organizações. O grupo informal é aquele onde a interação de seus membros não é regulada por regras pré estabelecidas estatutariamente. De modo geral, tal interação é regulada pela tradição ou convívio.

modelo interativo também possibilita a reformulação das questões de pesquisa ou, até mesmo, do problema de pesquisa (Alencar, 1999).

Após a pesquisa exploratória e os primeiros contatos com os agentes externos, as comunidades e os possíveis informantes, iniciou-se o trabalho de campo realizado durante três meses junto às comunidades. Foram coletadas as primeiras informações e realizadas análises parciais que permitiram modificar ou redefinir os objetivos. A primeira aproximação suscitou novas questões e contribuiu para uma melhor compreensão da realidade social, ainda que a apreensão dessa realidade local fora incipiente e reduzida nesse momento anterior à observação participante.

### **3.2 Definindo os métodos da pesquisa: a coleta de informações**

Foi utilizada uma gama de recursos metodológicos, tais como, roteiro de entrevistas, observação, história oral e história de vida, pesquisa documental e anotações de campo. Estes recursos constituem importantes substratos para o estudo de caso (Yin, 1994) ao proporcionarem a reconstituição da trajetória social vivenciada pelas pessoas, assim como suas percepções sobre os acontecimentos e mudanças que marcaram a história das comunidades desta região, a partir da sua visão de mundo e concepção da realidade. O instrumental utilizado para ajudar na aplicação da metodologia constituiu-se de um gravador, caderno de campo e máquina fotográfica (Bogdan e Bikken, 1994).

A técnica escolhida foi a observação participante (Malinowski, 1984; Foote-whyte, 1980), complementada pelos recursos etnográficos e da construção social da realidade. Por se tratar dos processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento chega a ser estabelecido como realidade, *“a sociologia do conhecimento tem sua raiz na proposição de Marx que declara ser a consciência do homem determinada por seu ser social”* (Berger e Luckmann,



1996: 17). Foi muito oportuno, durante as entrevistas, o fato de estar em contato frente a frente com as pessoas. Esta foi a situação prototípica para a interação social, dada a oportunidade de partilhar a vida cotidiana das mesmas e recolher os elementos constitutivos nas suas falas da realidade local.

Quanto à observação participante, nela o pesquisador não faz somente observação. Ele também participa e assim pode, de forma privilegiada, sentir como são os eventos e apreender suas percepções, registrando de imediato ou ao fim do dia no caderno de campo, num exercício de memória, constância e disciplina (Spradley, 1980). É uma modalidade especial de observação na qual o pesquisador não é um observador passivo, mas pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados (Yin, 1994). Esta técnica foi freqüentemente utilizada em estudos antropológicos de grupos culturais distintos (Malinowski, 1984; Da Matta, 1987 e Yin, 1994).

Para fazer uma melhor leitura do ambiente buscou-se realizar uma observação “inculturada”, ou seja, conviver com a máxima discrição para melhor descrever, apreender e construir a realidade social com base nas pessoas entrevistadas e observadas. Assim, ao partilhar a vida cotidiana das pessoas, foi possível não destoar tanto do grupo, durante o recolhimento dos seus depoimentos e as observações da realidade local. Uma vez “inculturado”, o pesquisador estava resguardado de um eventual “efeito observador”, ou seja, a mudança comportamental do entrevistado na tentativa de impressionar, agradar ou simplesmente dispensá-lo.

### **3.3 O trabalho de campo**

O que foi vivenciado na observação participante, apreendido nas entrevistas, reuniões e conversas, e lembrado pela transcrição das fitas, anotações de campo e fotografias, constituiu o trabalho de campo. Sua duração

foi de três meses, quando foram desenvolvidas dezoito entrevistas em dezessete horas de gravação, cinco filmes de fotografia e inúmeros diálogos.

A colaboração dos informantes foi uma ajuda de fundamental importância para a entrada nos círculos familiares, de amizade e das organizações de interesse. Após a apresentação do pesquisador aos grupos e a inserção deste por um tempo mais distendido na comunidade, foi que de fato começou a se estabelecer confiança e abertura para os entrevistados comentarem e falarem com profundidade, sem maiores receios, sobre os detalhes dos fatos ocorridos e das pessoas envolvidas.

Além disso, o pesquisador se identificava com a sua carteirinha<sup>10</sup> da biblioteca que contém o timbre da Universidade Federal de Lavras (UFLA), portanto, mais um recurso na tentativa de aumentar a credibilidade e a confiança do entrevistado. No mais, comentava suas impressões e valores sobre a ética na pesquisa, comprometendo-se a manter sigilo e fazer a devolução dos dados, o que, em última instância, não garantia efetivamente o que foi conversado e expressado. De tal modo, o voto de confiança era dado junto com mais três garantias: o informante, que na apresentação ou fora da presença do pesquisador, dava as referências sobre o mesmo; as notícias (que se espalharam rapidamente por toda a região) da presença do pesquisador em outras comunidades e na vizinhança e, por fim, o modo de proceder do pesquisador na participação dos eventos do cotidiano, sobretudo no trabalho, nos assuntos tratados e atenção dispensada às pessoas.

O pesquisador acompanhou os moradores/informantes por diferentes espaços e atividades sócio-culturais, tais como as reuniões do colegiado da Escola Municipal Mariana Santos (EMMS), as reuniões nas associações de moradores, na associação de produtores hortifrutigranjeiros do Pentáurea, do

---

<sup>10</sup> Fica aqui uma sugestão para outros pesquisadores ou instituições: uma credencial para o pesquisador identificando-o e mencionando o seu propósito.

trator do Vale do São Lamberto, dos grupos de reflexão, dos cultos, das missas, das festas dos padroeiros em Santa Rita, Água Santa e Planalto. Peregrinou por 25 quilômetros com os trabalhadores rurais ao município vizinho de Bocaiúva, em ocasião da festa do Senhor Bom Jesus. Participou do leilão e bingo para reforma da capela de Abóboras, nos jogos de futebol, de uma tarde de formação, da reunião do primeiro sábado do mês na sede da paróquia, do trabalho na agricultura e da comercialização da produção na rodovia e na Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE). Foram realizadas também visitas aos postos de combustíveis, restaurantes, clube, areeiras, fazendas e portaria da granja.

Sem revelar a condição de pesquisador aos agentes externos, foi realizada a observação durante o cadastramento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), feito pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e o cadastramento da Associação Comunitária de Abóboras, feito pelas assistentes sociais da Secretaria Municipal de Ação Social.

Outras oportunidades para uma boa conversa e, por acréscimo, obter mais informações, foram as idas e vindas pela região para visitar e entrevistar outras pessoas de outras comunidades vizinhas ou nos espaços de reunião. Durante as refeições, ao redor do fogão à lenha e ao transitar de um lugar para outro, também eram oportunidades para coletar mais informações e finalizar o dia registrando-as no caderno de campo.

Assim, em meio a muitas situações, algumas inusitadas, foi acontecendo a pesquisa. Paciência, constância, perseverança, criatividade e agilidade (com as palavras e nos esforços físicos) foram indispensáveis durante este período, sobretudo nos imprevistos, obstáculos e momentos de tédio ou desolação que surgiram. Os elementos antropológicos auxiliaram neste trabalho, tendo o olhar,

o ouvir e o escrever atentos sido de muita importância para uma maior compreensão da realidade da sociedade pesquisada (Oliveira, 1996).

Outro ponto de fundamental importância para a realização da pesquisa, além dos objetivos pré-estabelecidos e o arcabouço metodológico, foi o embasamento teórico. As abordagens de outros autores e de outras pesquisas possibilitaram ao pesquisador compreender e apreender a realidade observada no cotidiano de campo. Adiante serão feitas referências aos temas nos quais este trabalho foi fundamentado, a saber: desenvolvimento, intervenção, CEBs, Teologia da Libertação, educação popular e participação.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 Algumas considerações sobre o desenvolvimento

O termo desenvolvimento é muito amplo e teve, com o passar do tempo, diferentes significados. Nos anos 1950 e 60 foi sinônimo de crescimento econômico, ou seja, incremento da produção, emprego e renda. Além dessa concepção totalmente economicista e quantitativa, era entendido como um patamar a ser alcançado pela produção industrial, dentro de uma estrutura econômica e internacional de produção e distribuição.

Os países pobres, classificados como “sem desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos” (Cardoso e Faletto, 1973), não podiam ser considerados soberanos e autônomos em sua política interna, pois, eram dependentes economicamente dos países considerados plenamente desenvolvidos naquela década, ou seja, Estados Unidos e alguns europeus, como Inglaterra, França e Alemanha. As bases da teoria da dependência surgiram na década de 1950 como resultado, entre outros, das investigações realizadas pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). O modelo cepalino baseou-se na concepção do desenvolvimento interno, com ênfase nas vantagens de uma industrialização acelerada, lastreada pela redução de importações substituindo o comércio exterior por atividades locais.

Os países subdesenvolvidos chegariam a este desenvolvimento, portanto, quando possuíssem a combinação capital, mercado e tecnologia que permitiu aos países desenvolvidos a transnacionalização dos seus mercados e o aumento do seu poder econômico. A América Latina, ao dar abertura para entrada das multinacionais, conforme Libanio (1987), teve a esperança de com elas e por elas entrar no clube dos desenvolvidos. Para este autor, depois de muitos anos

em que alguns países da América Latina submeteram-se a lei dessa teoria, estudos da CEPAL analisaram os resultados do processo desenvolvimentista e constataram que:

*“...houve modernização do capitalismo nesses países, que um setor deles se desenvolveu enormemente. Pequena camada social se enriqueceu. Certas pequenas regiões adquiriram alto nível de desenvolvimento, mas ao mesmo tempo observaram outros fenômenos. A distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos em vez de diminuir, cresceu. Cresceu por parte dos países periféricos sua dependência em relação aos países centrais. Portanto, não havia sinais verdadeiros de desenvolvimento autônomo. O subdesenvolvimento não era, na verdade, uma fase prévia ao desenvolvimento e que seria superado com a introdução de capital, tecnologia e mercado. A entrada de capital era grande, mas a evasão, maior ainda. A transfusão de sangue era abundante, mas produzia uma hemorragia ainda mais perigosa. Portanto trata-se de verdadeira dependência com tendência a crescer, de modo que os países ricos se desenvolviam ainda mais, e os periféricos cresciam, sim, mas em dependência, gerando além do mais no seu interior crescentes massas de marginalizados, voejando em torno da pequena camada de ricos. A palavra de ordem é, pois, não mais desenvolvimento dependente, mas ruptura com dependência – libertação!” (Libanio, 1987; 55).*

Neste capítulo serão apresentadas algumas das muitas e distintas abordagens sobre desenvolvimento. Inicialmente, será feito um retorno histórico às causas e conseqüências de um pseudodesenvolvimento sem o envolvimento e a participação popular, desconsiderando a perspectiva agroecossistêmica contida no ecodesenvolvimento. Em seguida, tratar-se-á das presenças, ausências institucionais públicas e os efeitos de suas ações (ou omissões) para os agroecossistemas; posteriormente, serão contrastados com outros atores e novas formas de trabalho na ótica do desenvolvimento buscado pelos movimentos sociais populares e alternativos. O encerramento se dá com a sustentabilidade como condição para que haja desenvolvimento com o real significado do termo,

em que são consideradas as questões econômicas e, no entanto, também são privilegiadas as questões sócio-ambientais.

#### **4.1.1 Conseqüências do pseudodesenvolvimento rural sem o envolvimento e a participação da base**

Após a Segunda Guerra Mundial, aumentaram os temores estadunidenses com o crescimento dos conflitos agrários em países da América Latina e de outros continentes (Martins, 1981). A preocupação era a de que os conflitos no campo resultassem em revoluções comunistas, como na Rússia e na China. A partir daí, houve um amplo investimento na agricultura pela implementação de projetos financiados pelos Estados Unidos, vindos em pacotes tecnológicos difusionistas<sup>11</sup> da Revolução Verde<sup>12</sup>.

A finalidade desta fórmula era enfraquecer ou aniquilar os movimentos camponeses revolucionários pelo argumento de que haveria políticas governamentais para a resolução dos problemas agrários por meio das tecnologias agrícolas importadas. Um dos principais argumentos, por exemplo, era o de alcançar maior produtividade para acabar com a fome. Ademais, os norte-americanos acompanhariam mais de perto a situação política e ainda

---

<sup>11</sup> O difusionismo é a extensão agrícola e a assistência técnica voltadas para massificação de novas tecnologias mecânicas e biotecnológicas. Não consideram o saber, a realidade local e o meio ambiente, mas enfatizam a produtividade, favorecendo largamente às multinacionais. Seus arautos principais são os autores Rogers e Shoemaker (1971).

<sup>12</sup> Entende-se por Revolução Verde o processo de expansão do modelo agrícola dos países desenvolvidos para o então chamado Terceiro Mundo, ocorrido principalmente a partir da década de 1950 (Dayrell, 1998). Baseou-se nos pacotes tecnológicos difusionistas da mecanização intensiva dos solos, grande utilização de sementes melhoradas (híbridas) e do uso de venenos (agrotóxicos) e insumos químicos (fertilizantes). Trazia um forte apelo de acabar com a fome no mundo, contudo, por trás de todo o discurso desenvolvimentista, havia interesses maiores, econômicos e ideológicos.

favoreceriam a sua indústria interna mais a expansão do seu capital. Embora houvesse maciços investimentos e promessas de mudanças vantajosas economicamente, houve um grande índice de abandono destas práticas modernas e retorno às tradicionais pelos camponeses (Schultz, 1965).

Os estudos sobre a resistência de sociedades camponesas na Índia e na América Latina (Schultz, 1965; Pérez, 2000) mostram que estas possuíam sua racionalidade econômica própria, considerando seus fatores e condições para produzir. Tais sociedades possuem saberes e estratégias de reprodução econômica, que são o fundamento para a tomada de decisão quanto ao uso ou não de novas tecnologias. As novidades, sempre atrativas a princípio, causavam posterior dependência do capital pela necessidade de consumir peças de reposição, combustível e serviços de manutenção. O saber local milenar, como nas comunidades andinas e na região dos Yungas, na Bolívia, estava ameaçado de cair no esquecimento pelo saber estrangeiro. Portanto, os camponeses não assimilavam as novas tecnologias, não por serem atrasados ou ignorantes como se pensava, ao contrário, rejeitavam e resistiam estrategicamente aos processos de modernização para evitar futuros desarranjos na sua configuração produtiva e social.

Estas novas tecnologias, delineadas pela racionalidade instrumental da produtividade, desestruturaram o saber local, as técnicas de subsistência que conviviam harmoniosamente com a natureza e com a comunidade. O difusionismo e a reformulação reducionista e fragmentada dos currículos universitários nas instituições de ciências agrárias brasileiras nos anos 1970, com ênfase na modernização e produtividade, propiciaram a rápida influência dessas práticas no campo pelas empresas de extensão e multinacionais. Somado a esses fatos, havia o pleno apoio da política desenvolvimentista de integração que destruíu ecossistemas e tecidos sociais tradicionais, para expansão da fronteira agrícola como as grandes monoculturas e pastagens.



Estes acontecimentos impregnaram boa parte da extensão rural e da pesquisa universitária com a idéia da valorização exclusiva da sua tecnologia unidirecionada do seu espaço “adiantado” para a zona rural. Há poucas exceções quanto ao diálogo ou a valorização do saber camponês - acumulado de muitas décadas e acrescido pela cultura africana e ameríndia – que tem sua lógica apropriada às suas condições sociais, econômicas e edafoclimáticas.

Com isso, até os dias de hoje, muitos agricultores estão aprisionados à idéia de superioridade do que é “da cidade”, reforçada pelas práticas extensionistas e de assistência técnica difusionistas. Tudo “da cidade” parece ser melhor; além do conhecimento técnico, os costumes e os padrões consumistas, acarretando conflitos pessoais e familiares, sobretudo, aos mais jovens para mudem-se dali para a cidade. Alguns estudos (Brandão, 1986; Amâncio, 1991; Dayrell, 1998; Silva, 1999; Amâncio, 1999) mostram como o agricultor foi e é estereotipado pelo olhar externo (governo, iniciativa privada e até mesmo por algumas paróquias, ONGs e universidades) como atrasado e inferior na escala social estruturada pela mentalidade colonial eurocêntrica e imperialista. Para esta distorcida visão (que perdura até os dias atuais), as sociedades, para serem consideradas desenvolvidas, têm que chegar ao patamar de alguns países de referência. Tendo que o “da cidade”, em oposição ao “da roça”, pensar por ele, pois, digno de dó pelo estado de “ignorância”, precisará do assistencialismo paternal.

Estas considerações não devem ser entendidas como uma negação ao que é novo, tecnologicamente moderno, ou taxar qualquer tecnologia como devastadora. Este assunto foi abordado para chamar a atenção sobre como eram e ainda são formuladas as políticas para a agricultura e o meio ambiente.

#### 4.1.2 Presenças, ausências institucionais públicas e outros aspectos agroecossistêmicos

Percebe-se assim que a realidade rural norte mineira que se apresenta é a mesma em que há a implementação de políticas públicas. Este é o campo de atuação do profissional de ciências agrárias, normalmente via projetos governamentais desenvolvimentistas elaborados em gabinetes e implantados de forma difusionista pelos técnicos do serviço de extensão. Atendendo prioritariamente aos interesses econômicos, não há adaptação às peculiaridades e demandas regionais, desprezando todo o conhecimento acumulado dos agricultores, além de não contar com a sua participação nestes projetos e pouca preocupação com a degradação ambiental.

*“A ocupação dos cerrados provocada pela expansão das relações capitalistas no campo, visto como a última fronteira agrícola pelas elites brasileiras, vem colocando em xeque a sustentabilidade deste bioma e provocando um processo de miserabilização de suas populações, acentuando os desníveis socioeconômicos, a concentração de terras, associados com a degradação dos seus recursos naturais: solos, água, flora e fauna” (Dayrell:1998, 6).*

Neste contexto, a expansão agroindustrial e de empreendimentos da iniciativa privada, como sítios de lazer, areeiras, agroindústrias, hotéis-fazenda e clubes, aumenta também a fragmentação do cerrado por esta antropização:

*“A fragmentação dos habitats dos cerrados provocados pelo desmatamento generalizado, a poluição por agrotóxicos e seca dos recursos hídricos tem levado ao desaparecimento, à raridade ou à modificação da composição de diversas espécies animais, entre elas e mais visíveis, as localizadas no topo da cadeia trófica, como a onça e outros predadores” (Dayrell: 1998, 58).*

Obviamente tais iniciativas não levaram em consideração as peculiaridades demográficas, culturais, ecológicas e edafoclimáticas, bem como os estragos ao meio ambiente e às sociedades que vivem diariamente a relação de respeito e equilíbrio com a “mãe terra”, que suas externalidades podem acarretar na formulação de políticas econômicas e de desenvolvimento que corroboram para a constituição deste cenário insustentável que alguns estudos alertam e denunciam (Leff, 1994; Altvater, 1995).

Estes fatos causaram uma inquietação nos grupos envolvidos com as questões sócio-ambientais e que não se conformavam com a ditadura que foi instaurada no país (oficialmente) de 1964 a 1984. Tais grupos não só resistiram como também se organizaram na luta pelas eleições diretas, pela liberdade de expressão e pela democracia.

#### **4.1.3 Outros atores, novas formas de trabalho: desenvolvimento e os movimentos sociais populares e alternativos**

As práticas extensionistas com ênfase na produtividade, na maximização de área plantada e na lucratividade, sem reflexão sobre questões sociais e ambientais que sofriam diretamente o alto impacto sócio-ambiental das políticas desenvolvimentistas para expansão da fronteira agrícola, industrialização e da modernização, se expandiam por todo país com o amplo e irrestrito apoio do Estado ditatorial. Surgem neste período, como oposição e resistência a este modelo desordenado, outros atores com diferentes concepções de desenvolvimento, a princípio na clandestinidade ou reprimidos.

Com o fim do governo ditatorial e início da democracia, a primeira metade dos anos 1980 foi um período muito rico da história e da luta popular no Brasil (Poletto, 1997). Iniciam sua existência a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Surgiram, concomitantemente, diversos grupos de

assessoria, como o CAA/NM, que aos poucos foram sendo conhecidos por organizações não governamentais (ONGs). Mesmo sob a repressão e a perseguição do governo militar, os trabalhos da ala progressista da Igreja Católica, dos estudantes, dos operários e dos agricultores seguiam na resistência, contribuindo, posteriormente, para a Anistia e para o retorno dos militantes políticos exilados.

Para estes atores, o desenvolvimento não se reduz ao uso de máquinas ou agroindústrias vizinhas às propriedades rurais que favorecem a globalização dos mercados e massificam a degradação ambiental. É muito mais do que a lógica fragmentada neoliberal pode prever economicamente. É voltado para práticas que priorizam o crescimento humano e comunitário, com respeito à sua inclusão e participação na formulação de políticas públicas e na luta pela democracia representativa da maioria. Por isso, o surgimento e a volta dos grupos e ações populares que sobreviveram e resistiram aos porões da ditadura foram e continuarão sendo fundamentais para a existência e o espraiar, ainda que de forma muito pontual, do desenvolvimento nessa perspectiva incluyente, sobretudo.

#### **4.1.4 Sustentabilidade e desenvolvimento**

A expressão “desenvolvimento sustentável” começou a ser usada como enfeite, atualmente banalizada por todo tipo de organizações, antagônicas inclusive, para se legitimarem perante o poder público ou a sociedade. A diferença entre discurso e o curso das ações mostra quais são realmente as instituições ou políticas públicas que se preocupam com a questão ambiental e a consideram em suas práticas produtivas.

Ao discutir sobre desenvolvimento sustentável, Silva (1999) traz o enfoque dado pelas entidades da sociedade civil reunidas no Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais, durante a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente e desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (ECO-92). Sua definição contida no *tratado alternativo de agricultura sustentável* é a seguinte:

*“A agricultura sustentável é um sistema de organização sócio-econômica e técnica do espaço rural, fundada numa visão eqüitativa e participativa do desenvolvimento, e que entende o meio ambiente e os recursos naturais como base da atividade econômica. A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque científico holístico”* (Silva, 1999:42).

A agricultura é ecologicamente correta quando a qualidade dos recursos naturais é mantida e a vitalidade do agroecossistema inteiro é melhorada, desde os seres humanos, lavouras e animais, até os microorganismos do solo. Sua eficácia é garantida quando a saúde das lavouras, dos animais e das pessoas é mantida por meio de processos biológicos. Os recursos locais são usados de modo a minimizar as perdas de nutrientes, biomassa e energia, evitando, portanto, a poluição do ar, do solo, da água e das matas nativas. Economicamente viável significa que os agricultores podem produzir o bastante para garantirem sua auto-suficiência e ou renda suficiente para cobrir os custos e obter a remuneração do trabalho. A viabilidade econômica é medida não apenas em termos de produto agrícola direto (colheita), mas também em termos de conservação de recursos e a minimização dos riscos (Reijntjes et al., 1994).

Adaptável significa que as comunidades rurais são capazes de se ajustar às condições da agricultura que sempre estão em transformação como, por exemplo, o crescimento populacional, as mudanças nas políticas governamentais

e as demandas de mercado. Socialmente justa é quando os recursos e o poder são distribuídos de modo a assegurar que as necessidades básicas de todos os membros da comunidade sejam atendidas e quando são respeitados os direitos dos agricultores em relação ao uso da terra e ao acesso ao capital, assistência técnica e oportunidades de mercado adequadas. Além disso, todas as pessoas devem ter oportunidade de participar na tomada de decisões, tanto na atividade rural quanto na sociedade como um todo (Reijntjes et al., 1994).

Diametralmente oposta é a restrita concepção do desenvolvimento economicista presente nos muitos projetos tutoriais dos bancos de fomento e entidades de extensão ou consultoria empresarial. Estas instituições, ao que parece, não consideram a escassez e a finitude do patrimônio ambiental (Merico, 1996). Para se legitimarem perante a opinião pública sugerem padrões de consumo, como o dos Estados Unidos, que são insustentáveis e cujas externalidades são arcadas pelos outros habitantes do planeta (Alier, 1998). Por este entendimento, os números e indicadores financeiros são enfatizados em detrimento dos outros aspectos relacionados à vida das pessoas e de toda ecologia que as abrange; aqui, a geração de renda é “o” ponto importante e não um meio para se alcançar a sustentabilidade e a justiça social, contribuindo para que haja sociedades mais democráticas e livres.

O desenvolvimento como liberdade enfatiza o envolvimento da base para fazer jus à nomenclatura das políticas denominadas “públicas” (tão referidas na academia e pelos governos, porém, muito pouco cristalizadas nas realidades urbanas e rurais). Contemplando precipuamente os indicadores e as variáveis sociais, ecológicas e de vida comunitária, o desenvolvimento pleno transcende os aspectos quantitativos na direção ao bem comum, público, como o direito dos cidadãos fazerem sua história, fazerem a democracia acontecer, pelo processo de ampliação de suas capacidades de fazerem escolhas (Sen, 2000).

Estas colocações dirigem a discussão para temas relacionados à intervenção, pois, muitas vezes ou em diversas circunstâncias, torna-se condição necessária a presença de agentes externos para iniciar o processo de desenvolvimento.

#### **4.2 Envolvimento: a participação nas CEBs como expressão da promoção humana pretendida pela ação interventora da Teologia da Libertação**

A reflexão e luta por um mundo que valorize a vida e, a partir deste valor, siga para a formulação de políticas públicas incluídas, torna imperativa a criação de condições para que os espaços de participação do povo tenham peso. Desse modo, o desenvolvimento regional começa pelo desenvolvimento pessoal, de toda a população, visto como um direito que, para ser alcançado e exercido, requer a passagem por processos educativos.

##### **4.2.1 Revisitando as formas de intervenção tutorial e educativa**

Ao entrar na vida das pessoas, os agentes externos, sejam eles extensionistas, professores, clero, etc., praticam uma intervenção. Tendo como referência o trabalho realizado com comunidades, a intervenção pode ser entendida como uma ação (ou conjunto de ações) praticada por pessoas (agentes, assessores) que não pertencem ao núcleo comunitário onde tal ação se realiza. Ela pode assumir um caráter “tutorial” ou um caráter “educativo” (Alencar, 1995).

A intervenção assume um caráter tutorial quando a ação do agente externo é orientada no sentido de introduzir “idéias” previamente estabelecidas, sem que haja participação da população-alvo e sua ação na formulação de tais “idéias”. Nessa forma de agir, é o agente externo que elabora os diagnósticos, identifica os problemas, escolhe os meios para solucioná-los, estabelece as

estratégias de ação e avalia as ações executadas. Restando aos habitantes, nessa forma de intervenção, executar as ações “prescritas” (Alencar, 1995).

Na ação tutorial, os objetivos são preestabelecidos de acordo com os interesses do tutor e não da população. As informações transmitidas pelo agente externo têm muito peso em muitas regiões, podendo levá-las a meras seguidoras de receituários atrofiadores da capacidade criativa e crítica. A formação é estritamente técnica e comercial, o que reforça atitudes competitivas, de isolamento e da falta de interesse na participação da vida comunitária, gerando esvaziamento e enfraquecimento dos movimentos sociais na comunidade.

Por outro lado, a intervenção assume um caráter educativo quando a população-alvo é estimulada pelo agente externo a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar seus problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los, executar tais ações e avaliá-las, buscando, sempre que necessário, novas alternativas (Alencar, 1995).

O enfoque metodológico dado pela Teologia da Libertação, expressado nas CEBs, supõe esse crescimento humano em comum com pessoas de todas as culturas ou, em outras palavras: crescimento comunitário (transformação da realidade) pela participação. Ora, se em cada comunidade houvesse essa transformação, uma ampla mudança de cenário e cotidiano ocorreria nas regiões, num movimento crescente e abrangente; esta é a lógica do envolvimento da população local.

Desse modo, a intervenção educativa contribui para a transformação da realidade, da sua própria prática, localizada no contexto concreto, social e histórico em que se desenvolve. Para possibilitar esse processo de conhecimento que se apropria criticamente da realidade para transformá-la, Jara (1985) afirma ser necessário que:



- *“A prática social seja a fonte dos conhecimentos;*
- *a teoria esteja em função do conhecimento científico da prática e sirva como guia para a ação transformadora;*
- *a prática social seja o critério de verdade e o fim último de todo o processo de conhecimento”.* (Jara, 1985).

Na América Latina, a intervenção educativa, sobretudo junto às populações adultas viveu um processo de amadurecimento<sup>13</sup> que veio transformando a compreensão que dela se tinha até poucos anos atrás. A educação de adultos é melhor percebida quando situada hoje como educação popular. *“Esta transformação que, a nosso ver, indica os passos qualitativos da experiência educativa refletida por inúmeras pessoas/grupos latino-americanos”* (Freire, 1995:10).

Assim, o começo de uma outra sociedade, possível, será pela busca de comunidades justas e fraternas, portanto, mais humanas, menos materialistas e economicistas. Os programas de intervenção educativa para o desenvolvimento sustentável teriam por base o crescimento pessoal, para maior interação e leitura

---

<sup>13</sup> O pensamento de Paulo Freire foi representativo para a nova geração de educadores brasileiros comprometida com ideais socialistas e democráticos. Sua penetração foi profunda para sobreviver durante o período desenvolvimentista e ditatorial e suficiente ampla para atingir uma grande parte dos educadores brasileiros, combatendo neles as tendências de absolutização das preocupações exclusivas com a escola e com o processo de aprendizagem (Paiva, 1973). O método Paulo Freire, como qualquer outro, não pode ser considerado como uma panacéia universal. Posteriormente, suas idéias foram revistas e desdobradas por ele. Apesar de reconhecer a sua contribuição até hoje e em vários países, Paiva (1980) considera um instrumento entre outros, ressaltando, na sua reflexão, que serve ao fortalecimento da classe trabalhadora. Esta autora adverte e sustenta a tese de que no início a divulgação do método Paulo Freire esteve em conexão com o nacionalismo-desenvolvimentista, marcado fortemente nos anos 50 e 60, não sendo possível desvincular a sua utilização do quadro político da época; tampouco, não é legítimo reduzi-lo a um instrumento colocado a serviço do populismo tradicional (Paiva, 1980).

crítica da realidade. É sabido que, dadas as variáveis, os interesses e a diversidade circunstancial, trata-se de uma questão de alta complexidade e, por isso, não há fórmula pronta. Um começo acertado é aquele pautado pelo respeito e que promove o envolvimento dos próprios habitantes (a base) na busca de alternativas para a construção conjunta do seu desenvolvimento.

Além de incluídos, os projetos de desenvolvimento, para serem educativos, teriam como indicadores de crescimento o desenvolvimento objetivo (tangível) e o subjetivo, ambos se complementando e tornando-se condição para haver desenvolvimento pessoal e comunitário, como sistematizado no Quadro 1:

**QUADRO 1 – Dimensões e indicadores de desenvolvimento**

<b>Dimensões</b>	
<b>Desenvolvimento objetivo</b>	<b>Desenvolvimento subjetivo</b>
<p><b>Indicadores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio ambiente; prática produtiva: produção e comercialização;</li> <li>• prática organizativa: sindicato, grupos de reflexão, times de futebol e associação;</li> <li>• educação, saúde e segurança;</li> <li>• crédito e infra-estrutura.</li> </ul>	<p><b>Indicadores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• União, solidariedade, dignidade e respeito;</li> <li>• aprendizagem, conscientização, atitude, justiça e cidadania;</li> <li>• auto-estima elevada e satisfação;</li> <li>• expressão: linguagem, valores, tradições, saber e manifestação cultural.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor.

A subjetividade, por se tratar de um indicador que não remete ao cálculo, às estatísticas dos programas oficiais de desenvolvimento ou das políticas públicas financiadas por agências, como o Banco Mundial e o FMI, ainda não é

valorizada de fato. Outras entidades, como agências financiadoras de organizações não governamentais e igrejas, têm considerado suas finalidades a partir destes indicadores. Pessoas ligadas à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base trabalharam para o aumento dessas características subjetivas na América Latina. Por esta razão, retomam-se nas seções subseqüentes os temas apresentados na abertura deste capítulo.

#### **4.2.2 CEBs: espaço para ação educativa e participação social**

As CEBs são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Na zona rural, os participantes se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto (Betto, 1985). É nestas capelas que acontecem as reuniões, os encontros e os cursos. Para a maioria das pessoas das comunidades estudadas, tais capelas, significam espaços comunitários disponíveis de fato, onde há segurança e credibilidade. Percebe-se aí um grande conjunto de representações simbólicas e interações entre o povo, os religiosos e os atores dos movimentos sociais populares.

Este é um novo jeito de “ser Igreja”, segundo seus participantes (CNBB, 1999). São comunidades porque são grupos formados por pessoas a partir do lugar onde moram: nas periferias, centros, morros, zona rural. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem em comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São chamadas eclesiais por se tratar de grupos em união com a Igreja e de base porque está presente e é vivida pelo povo que está na base social humana: donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, assalariados agrícolas, posseiros,

pequenos proprietários, peões e seus familiares, comunidades indígenas, enfim, gente pobre ou pessoas que se colocam ao lado dos pobres (Betto, 1985).

As CEBs tornam-se espaços de aprendizado popular dialético ao realizar o exercício da participação. Refletindo sobre suas ações pelo ver e julgar, retorna à prática, no agir, com maior consciência e clareza dos fatos e da teoria. Auxiliadas pelos textos bíblicos e cartilhas, refletem a vida e a história da comunidade, para tomarem as decisões e traçarem os planos de crescimento, concretizados na luta para conquistar a sua participação por meio dos espaços que dispõem: associação, sindicato, colegiado escolar e a própria comunidade.

Outra característica distintiva das CEBs é sua vanguarda quanto ao diálogo e à cooperação nos trabalhos sociais conjuntos da Igreja Católica com outras religiões (inter-religioso) e com outras igrejas de denominação cristã (ecumenismo), mesmo antes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1982, reconhecer oficialmente essas práticas. Este mesmo documento ressalva que: *“conservando sua própria identidade as CEBs devem se abrir para a reflexão e atuação conjunta em tudo o que for benefício da pessoa humana”* (CNBB, 1999). Há coisas que todos fazem, mas para as quais as CEBs têm especial sensibilidade, como o cuidado com os pequenos e a preocupação de que todos sejam livres e participem conscientemente (Betto, 1983).

A teologia da libertação é que dá suporte a esta nova forma de “ser Igreja” que é expressa nas CEBs e na pastoral renovada, veiculando idéias e fundamentando práticas pastorais e projetos de ação, e socializando as experiências entre as diversas regiões por meio de palestras, encontros, livros e artigos (Ferreira, 1999).

### 4.2.3 Teologia da Libertação: algumas considerações

*“A teologia da libertação é uma teologia da salvação nas condições concretas, históricas e políticas de hoje” (Gutierrez, 1979:113).*

A Teologia da Libertação partiu da solidariedade real e efetiva com as classes exploradas, as raças discriminadas e culturas depreciadas da América Latina. Sua reflexão iniciou-se de um compromisso para a criação de uma sociedade justa e fraterna e que deveria contribuir para que esse compromisso fosse mais radical e mais pleno. O discurso teológico que se fez verdadeiro foi constatado pela inserção real e fecunda no processo de libertação (Gutierrez, 1979).

Desse modo, a teologia se converte em uma força libertadora e profética que tende a contribuir para a transição da palavra encerrada nas escrituras bíblicas, para a compreensão que definitivamente tenha lugar e sentido nos fatos da vida real. Essa maneira de compreender liberta a teologia de toda forma do idealismo originário de simples afirmações ou “modelos de análises”. Dessa maneira, a teologia se libertará de um contexto sócio-cultural que lhe impede de situar-se ali onde os oprimidos e despojados do mundo estão lutando para serem aceitos como pessoas humanas (Gutierrez, 1979).

A formação do consenso sobre a Teologia da Libertação só foi possível devido ao firme posicionamento dos teólogos que, baseados no Concílio Vaticano II, radicalizaram sua proposta e acenaram para Roma. A resposta veio em parte e ainda continua a caminho. Alguns acenos, considerados desobedientes, são respondidos com os castigos que lhe são previstos. Outros, considerados importantes, são acatados pelos pontífices. Paulo VI respondeu com mais receptividade a estes acenos; João Paulo II os admite com reservas,

inclusive valendo-se de seu poder para silenciar os desobedientes (Boff, C. citado por Ferreira, 1999).

Ao fazer uma relação entre a Doutrina Social da Igreja e a Teologia da Libertação, Ferreira (1999) argumenta que o sagrado está presente em todas as suas práticas, relacionando as lutas às causas populares. As escrituras sagradas adquirem uma força contestatória de grande efeito, não só para a crítica social e política, mas também para a crítica eclesial, fundamentando uma utopia igualitária na sociedade e na Igreja.

Elementos críticos para a leitura da realidade a partir do conflito de classes e do pensamento de Marx não adentrariam isoladamente nos espaços das populações oprimidas. Contudo, a metodologia teológica libertadora, ao utilizar textos bíblicos para refletir a situação histórica e confrontá-la com o tempo presente, conseguiu sua atenção. Isto se deu pela confiança depositada nos padres, nos religiosos e no pano de fundo teológico e místico que sempre acompanhava as suas discussões ou ações pastorais. Esse fato é de grande importância para a melhor compreensão deste período, uma vez que as categorias de análise marxistas estavam “satanizadas” pela ideologia imperialista estadunidense. As instituições governamentais e privadas ligavam o comunismo leninista da extinta União Soviética ao imaginário do povo, por meio da mídia. Tudo que era alusivo ao socialismo representava, então, uma ameaça à liberdade e à fé em toda a América.

Ao buscar a libertação das estruturas opressoras, a Teologia da Libertação pretende um crescimento humano coletivo, partindo da leitura crítica da realidade e da participação, tendo nas CEBs espaços favoráveis para sua prática pastoral, simultaneamente educativa e popular.

#### 4.2.4 Educação popular

*“A doutrina materialista sobre a mudança de que os homens são produto das circunstâncias e da educação, e que, portanto, os homens modificados são produto de circunstâncias e de uma educação diferente, esquece que as circunstâncias são mudadas pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado” (Marx, 1978:51).*

A educação popular muitas vezes é informal, sem muitos recursos didáticos, na simplicidade de um rancho de palha de coco catulé, numa construção de adobe, um galpão ou até mesmo debaixo da sombra do pé de manga, do baru ou do “pé de pequi”. O que a princípio, num olhar míope e preconceituoso, pode dar uma aura de romantismo e amadorismo ineficaz, não lhe tira o mérito pelo crescimento propiciado às pessoas, sobretudo aquelas as quais foi negado, circunstancial ou propositalmente, o direito à educação formal. Há no seu constitutivo uma pedagogia que não pode ser elaborada e tampouco praticada pelos opressores, segundo Freire (1987), que supõe que em qualquer movimento ou ação educativa deve haver um interesse gratuito, muitas vezes idealista e constantemente utópico.

É imperativo que a educação, seja de natureza formal (curricular, institucional, privada, estatal ou filantrópica) ou informal (iniciativas populares ou da sociedade civil organizada, organizações não governamentais, igrejas, órgãos de extensão de universidades ou do governo) faça caso do saber popular e tenha como finalidade “a superação do mundo de opressão e injustiça” (Cizeski, 1995), em que estão inseridas as pessoas com nome e endereço. Além disso, respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos e os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores populares terão nos

educandos sempre um ponto de partida e não de chegada para sua ação (Freire, 1995).

O conceito da educação de adultos move-se na direção daquele de educação popular, na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores. Uma destas exigências está relacionada à compreensão crítica dos educadores e do que vem ocorrendo no cotidiano do meio popular. A grande pretensão da educação popular para uma autonomia da pessoa é sinalizada pelo próprio Paulo Freire, inspirado em Marx, que assim se expressa uma das suas preocupações com a natureza humana:

*“Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres de decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos...”* (Freire, 2002:145).

Educadores e grupos populares descobriram que educação popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância, a capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, recusa-se a se deixar aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização (Freire, 1995). Na educação popular de corte progressista e democrático o sujeito se assume “em busca de” e não como a pura incidência da ação do educador. Assim, conforme Freire (1987), os sujeitos são ao mesmo tempo exemplos para si mesmos.

A educação do povo ao longo da história, esteve ligada às tentativas de sedimentação ou de recomposição do poder político e das estruturas sócio-econômicas, fora ou dentro da ordem vigente. Mecanismos, como o



impedimento do voto do analfabeto, foram tentativas para acabar, desde a raiz, com as iniciativas de transformar a sociedade por meio da educação. Acreditou-se possível a conquista do poder político pelas eleições, por meio da educação popular como instrumento de formação de novos contingentes eleitorais, dependendo da estratégia de luta política do grupo que a promove (Paiva, 1973). A educação popular deve, conforme Paiva (1973), educar para a conscientização (“viver é lutar”) e para ajuda mútua (“mutirão”), com vistas a uma leitura consciente e reflexiva da realidade para a contraposição aos fatores “exógenos”, como políticos de época de campanha, atividades industriais/comerciais depredadoras do tecido social e da natureza e agentes externos tutoriais de qualquer instituição que venham a desconsiderar a realidade da comunidade.

Não é possível a educadores e a educadoras pensarem apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Pensando e agindo dessa maneira estariam reproduzindo informalmente as práticas do modelo escolar oficial, o que já não seria mais educação, quanto à aprendizagem e nem popular, quanto ao seu objetivo de transformação da realidade local pelos próprios moradores. Os próprios conteúdos não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece no meio popular, na periferia das cidades, nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos - não pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da educação popular.

Para Betto (1994) e Bordenave (1994), a educação popular significa levar a pessoa a organizar-se em movimentos populares e ser sujeito do processo político, e isso não somente por meio do acesso aos cargos políticos, de cima para baixo, mas de uma participação, como cidadãs e cidadãos, de forma ampla, pois:

*“A utilização da educação como instrumento de mudança social não se faz através dos sistemas educacionais, mas de campanhas ou de movimentos que atendem aquelas faixas da população que não são atingidas pelos sistemas formais de educação” (Paiva, 1973:302).*

A educação popular e a participação dos cidadãos tornaram-se, juntas, o imperativo para que haja transformação social. Embora a participação seja uma necessidade básica, as pessoas não nascem sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende participando e se aperfeiçoa numa ação reflexiva e dialógica.

#### **4.2.5 Participação: a força da organização comunitária decorrente da intervenção educativa**

Participação é um processo multidimensional e varia de situação para situação em resposta às circunstâncias particulares. Não existe um único modo de compreender esse processo e a sua interpretação está mais em função da perspectiva de análise empregada (Alencar, 2001a).

No campo político a participação é de grande importância para o fortalecimento organizacional comunitário: lideranças, associações comunitárias, sindicatos dos trabalhadores rurais, união informal e solidária. Participar é não ficar de fora, é fazer história nas manifestações religiosas, culturais, sociais, políticas e econômicas; de fato, como atores e a partir das suas necessidades e não como massa ou objeto de interesses, opressão e explorações, quer sejam de grupos econômicos, políticos, intelectuais ou religiosos.

Oakley & Marsden, citados por Alencar (2001a: 21), analisando diferentes projetos de desenvolvimento, identificaram diferentes significados atribuídos ao termo participação:

- *“Envolvimento voluntário dos indivíduos nos programas, sem, contudo, participarem da sua elaboração.*
- *Sensibilização dos indivíduos, aumentando-lhes a responsabilidade para responderem às propostas de programas de desenvolvimento e encorajando iniciativas locais.*
- *Envolvimento dos indivíduos no processo de tomada de decisão, na implementação dos programas, na divisão dos benefícios e na avaliação das decisões tomadas.*
- *Associação do conceito de participação com o direito e o dever dos indivíduos participarem na solução dos seus problemas, terem responsabilidade de assegurar a satisfação de suas necessidades básicas, mobilizarem recursos locais e sugerirem novas soluções, bem como de criarem e manterem as organizações locais.*
- *Associação do conceito de participação com a iniciativa de pessoas e grupos, visando a solução de seus problemas e a busca de autonomia.*
- *Organização de esforços de pessoas excluídas para que elas aumentem o controle sobre recursos necessários ao desenvolvimento e sobre as instituições que regulam a distribuição desses recursos.”*

Aprende-se a participar participando. O contrário da participação é a não participação, ou seja, o fenômeno da marginalidade. Marginalidade significa ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir. É a errônea concepção da participação como integração ao molde modernizador, em que aquela é entendida, de forma fragmentada e reduzida, como a inclusão entre os beneficiários consumidores dos bens materiais e culturais inerentes ao desenvolvimento modernizador (Bordenave, 1994).

A “marginalidade” de alguns grupos ou regiões não é, de maneira alguma, consequência de “atrasos”, mas resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade em que o acesso aos benefícios está desigualmente repartido. Não há, pois, marginalidade, mas, marginalização. Neste novo enfoque, Bordenave (1994) afirma que a participação não mais consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa na sua construção, o que é feito por meio de tomada de decisões e das atividades em todos os níveis. A organização das famílias na forma de grupos, como sindicatos, associações e na própria comunidade, constitui fator decisivo da sua sustentabilidade. A participação dos indivíduos os torna responsáveis pela condução dos caminhos da comunidade, que passam a ser pensados em termos de coletivo (Vaz Filho, 1997).

A participação é inerente à natureza social do ser humano, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Há um acúmulo de “*saber participativo*” ao longo da trajetória histórica da humanidade e no itinerário de cada pessoa. Nesse sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem e da mulher social, numa sociedade participativa (Bordenave, 1994).

A desarticulação na vida da comunidade leva a um aumento da “*não participação*” (Demo, 1986: 67) ou uma participação cooptada, visando interesses próprios e imediatistas. O esvaziamento e o enfraquecimento destes espaços de participação podem resultar na “prestação de serviço” ao poder dominante que se beneficia da situação por meio de estratégias de permanência no poder como clientelismo, dos favorecimentos e de políticas assistencialistas das vésperas eleitorais. Pelo lado financeiro há uma constante ruptura do tecido social pelo capitalismo que vai adentrando nas estruturas familiares, do trabalho, da natureza (carvoeiras, externalidades da agroindústria, postos de gasolina,

areeiras, etc.) levando, pela mídia e pelos modismos, a interesses egoisticamente pessoais, como a politicagem e o consumismo, deixando instituições associativas populares cada vez mais túbias. Ainda há uma trituração continuada do tecido social pelo “moinho satânico” (Polanyi,1980), hoje movido pelos ventos da globalização e das correntes neoliberais (Gray, 1999).

Nesse aspecto, o trabalho de educação popular conscientizador da Teologia da Libertação, por meio das CEBs, em sua reflexão de situações de dominação presentes nos relatos bíblicos, traz a possibilidade de uma leitura da realidade feita pelos próprios agricultores, que pode tornar atitude de contraposição à ação destes “pseudo-representantes do povo e verdadeiros representantes da minoria oligárquica que ainda é um ‘ranço’ na região<sup>14</sup>”, aprendendo e se fortalecendo nestas situações de luta e conquista da cidadania.

#### **4.2.6 Participação: a conquista de poder de contraposição**

A participação popular deve sustentar seus argumentos na mobilização em defesa dos interesses do coletivo e da sua autopromoção. Demo (1986) afirma que é indispensável que a participação seja conscientemente construída, pois há uma participação cedida quando essa não contradiz os interesses de uma ordem estabelecida.

Bordenave (1994) argumenta que, do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disso, por meio da participação, consegue-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças, tais como a construção de uma estrada ou uma ponte. O mesmo autor

---

<sup>14</sup> Extrato de uma entrevista realizada na etapa exploratória da pesquisa, em janeiro e fevereiro de 2003, com o entrevistado AX, agente de pastoral.

considera as seguintes questões-chave na participação num grupo ou organização: Qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões? Quão importantes são as decisões de que se pode participar?

A participação passa a existir quando é alcançada mediante conquista. Está associada à colaboração, isto é, o envolvimento das pessoas nas atividades grupais. É entendida como um processo de promoção social, pois relaciona-se com o processo no qual os indivíduos se organizam e, por meio dessa organização, tornam-se capazes de ter força, voz e vez nos projetos de desenvolvimento.

As estratégias de intervenção educativas e libertadoras para a participação têm como objetivos centrais apresentar formas alternativas de organização, estimular a reflexão sobre a realidade em diferentes segmentos sociais economicamente marginalizados, nos quais as pessoas estão inseridas, transformando esta reflexão em ações que visem mudar tal realidade. Os fundamentos destas três estratégias de intervenção são as idéias contidas na teoria do contradesevolvimento (*counterdevelopment*) e no método pedagógico conhecido por “conscientização” (Alencar, 2001a).

O contradesevolvimento faz oposição a certos mecanismos presentes na essência dos processos denominados de desenvolvimento normal, tais como: a tendência de alguns indivíduos, sobretudo os que possuem maior área de terra, maior riqueza, maior educação, maior disponibilidade de tempo, ou melhor acesso às autoridades; conduzirem as organizações locais na direção em que venham a beneficiar, sobretudo, os seus interesses particulares; a tendência dos grupos locais esperarem que o agente de mudança desempenhe o papel de protetor ou benfeitor (distribuindo favores e benefícios) e de abandonarem a organização quando benefícios adicionais tornam-se não disponíveis; a tendência ao aumento da desigualdade de renda e riqueza entre os indivíduos,

em decorrência de diferença quanto ao ponto de partida, acesso aos insumos e aos efeitos de escala de algumas inovações tecnológicas (Alencar, 2001a).

A teoria de contradesevolvimento considera que a superação desses mecanismos ocorrerá quando os segmentos marginalizados forem capazes de exercer influência no processo de desenvolvimento. Assim, participação é considerada como um processo de aquisição de poder. Desse modo, a realização dos propósitos da abordagem do contradesevolvimento está relacionada com o processo de constituição denominado de autoconfiança, isto significa dar prioridade à interação horizontal dos indivíduos periféricamente situados no sistema social para a barganha coletiva no confronto com o centro monopolizador (governo, formuladores de política, políticos e elementos monopolistas e oligopolistas no mercado). Estão implícitas no processo de autoconfiança as idéias de independência e interdependência. Independência significa autonomia, ou seja, a combinação de autoconfiança, sentimento de auto-suficiência e predisposição para a ação. O significado de interdependência é a equidade, a qual significa um estilo de cooperação que não produza novos padrões de dependência.

As idéias contidas nas teorias de contradesevolvimento podem ou não aparecer articuladas às idéias de Paulo Freire sobre conscientização. No entanto, alguns estudiosos do assunto fazem esta ligação (Alencar, 2001a). Para esses autores, o processo de constituição da autoconfiança relaciona-se com a destruição do que Freire (1981) chama de cultura do silêncio.

Na cultura do silêncio, os indivíduos dependentes ou dominados acham-se semimudos ou mudos, ou seja, são proibidos de participar criativamente na transformação da sociedade e, por conseguinte, proibidos de ser (Freire, 1981). A cultura do silêncio resulta da situação de dependência. Contudo, Freire (1981) explica que ela não é construída pelo dominador e nem é ele que a impõe ao dominado. Este “modo” de cultura é o resultado das relações estruturais de

dependência do dominado com o dominador. A cultura do silêncio é uma expressão superestrutural que condiciona uma forma especial de consciência. Assim, para entendê-la é necessário pressupor a dependência como um processo relacional que dá origem a diferentes formas de ser, de pensar e de expressar. Esta forma especial de consciência é denominada de semi-intransitiva.

Segundo Freire (1981), neste nível de quase imersão não se verifica o que ele denomina de percepção estrutural dos fatos, a qual implica na compreensão da razão de ser dos próprios fatos. Assim, a explicação para os problemas se encontra sempre fora da realidade, ora nos desígnios divinos, ora no destino, ou ainda na “inferioridade natural” de homens e mulheres cuja consciência se encontra neste nível. A semi-intransitividade está, necessariamente, associada ao fatalismo, ainda que este não seja uma exclusividade da semi-intransitividade (Freire, 1981).

Assim, se a explicação das situações problemáticas se encontra em algum poder superior ou na “incapacidade natural” do ser humano, é provável, então, que a ação deste, como resposta àquelas situações problemáticas, não se oriente no sentido da transformação da realidade que as origina, mas, ao contrário, ao poder superior responsável pela existência dessas situações, bem como na suposta “inferioridade natural”. “Sua ação tem, pois, um caráter mágico-terapêutico” (Freire, 1981).

A semi-intransitividade pode também constituir a base em que repousa resignação, bem como a interação de dependência representada pela patronagem e pelo clientelismo. No ambiente da cultura do silêncio, os indivíduos podem romper com as velhas formas de interação social para estabelecer novas formas de interação. Isso acontece por meio do processo em que os indivíduos dominados podem romper as interações de dependência que mantêm com os dominadores, chamado de conscientização. Conscientização refere-se ao processo em que os indivíduos passam a compreender a realidade social que



molda suas vidas, bem como a capacidade que possuem de transformar tal realidade.

Na medida em que a condição básica para a conscientização é que seu agente seja um sujeito, isto é, um ser consciente, a conscientização, como a educação, é um processo específica e exclusivamente humano. São como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo. Somente homens e mulheres, como seres “abertos”, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo por meio de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora. E é enquanto são capazes de tal operação, que implica em “tomar distância” do mundo, objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres com o mundo. Sem este olhar consciente e crítico, mediante o qual igualmente se objetivam, estariam reduzidos a um puro estar no mundo, sem conhecimento de si mesmos nem do mundo (Freire, 1981).

Este processo é descrito por Freire (1981) como um processo dialético e está incorporado à metodologia de ação de algumas organizações não governamentais. Embora tais organizações adaptem as formulações teóricas de Freire (1981) aos diferentes contextos sociais nos quais atuam, elas têm em comum o fato de entenderem participação como um processo educacional e como um processo de aquisição de poder.

As três dimensões do processo de aquisição de poder (redistribuição do poder e recursos; esforço deliberado por parte dos grupos sociais de controlarem seus destinos e melhorarem suas condições de vida; criação de oportunidades desde seu contexto, ou seja, dos próprios grupos sociais) somente tornar-se-ão realidade se emergir entre os membros do grupo o que Freire (1981) denomina de percepção estrutural ou a faculdade do ser humano modelar e remodelar sua percepção a partir da realidade concreta na apreensão dos fatos e problemas, e situações problemáticas. Assim, o desenvolvimento da percepção estrutural é um

processo fundamental para que se atinja a autoconfiança e, conseqüentemente, gerar poder de contraposição, ou seja, a capacidade de negociação aliada à capacidade de reivindicação.

A participação é conquista de poder pela ação educativa e política, na busca de uma transformação da realidade. Quando fundamentada numa lógica de bem comum a todos, cooperação e articulação, ocasiona uma conquista maior: a libertação da opressão, por meio do resgate da dignidade, cidadania e do aprendizado. Os efeitos da participação prevalecem e se ampliam no decorrer do tempo, expandindo os níveis e necessidades organizacionais das pessoas. Em geral, pode-se dizer que a finalidade da participação é influir direta ou indiretamente na transformação da realidade social, nos aspectos econômicos, políticos e sociais. Para Gianotten e de Wit (1987) o problema não reside tanto em buscar a transformação da realidade social, já que qualquer atividade humana tem este objetivo; a questão é para quê e como?

## 5 DISCUTINDO OS RESULTADOS

### 5.1 As comunidades rurais da paróquia São Sebastião: gênese e características

As comunidades desta região são oriundas de terras vendidas aos agregados por antigos fazendeiros que desde os anos 1970 começaram a declinar financeiramente. Outro modo anterior, relatado nos colóquios de campo, foi por meio das ocupações das “terras de ausentes”, as soltas, áreas de uso comum sem proprietário legal que havia na chapada. Das poucas famílias iniciais foram crescendo o número de propriedades e de pessoas pela cessão da terra por ocasião dos casamentos ou por herança. Uma vez divididas as propriedades, estas foram aumentando em número e diminuindo, obviamente, em área. Onde surgiram casais entre duas ou três famílias proprietárias de terras vizinhas, originaram-se as atuais comunidades de Olhos d’Água, Capoeira Velha, Planalto, Abóboras, Santa Rita, Barrocão e outras.

A principal atividade agrícola neste território é a produção de alimentos para subsistência (camponeses) e para comercialização<sup>15</sup> (agricultores comerciais). Os alimentos cultivados são: feijão, milho, andu, tomate, pimentão, abacaxi, cana para fabricação de rapadura e pinga, mandioca para fabricação de farinha torrada, goma para biscoitos e beijú. Em algumas comunidades há pequenas criações de gado leiteiro mestiço (em geral de quatro a quinze cabeças) cuja produção é consumida *in natura* pela família, vendida, doada ou trocada

---

<sup>15</sup> Segundo informações do secretário da Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros da Região do Pentaúrea, esta região produz um terço dos produtos hortícolas vendidos na CEANORTE, com destaque para o chuchu, pimentão e tomate (nota de campo em julho de 2003).

entre os vizinhos. Outra parte vai para a produção de queijos, requeijão e doces, também consumidos e comercializados nas feiras.

Tradicionalmente é realizado o extrativismo das flores, plantas, raízes medicinais e de frutos do cerrado como pequi, coquinho azedo, favela, mangaba, araçá, panã e murici. Em muitos casos, grande parte da produção agroextrativista é destinada para consumo próprio (subsistência) e o excedente vendido às margens da rodovia BR-135 (que liga Montes Claros a Belo Horizonte) em barracas de palha de pindoba<sup>16</sup>, na CEANORTE, nas feiras de sábado no Mercado Municipal de Montes Claros ou no município de Bocaiúva. Como alternativa, há o fornecimento das frutas cultivadas (sem veneno e insumos químicos) ou nativas para o projeto de beneficiamento e comercialização dos frutos do cerrado, denominado Grande Sertão, que foi idealizado pelo CAA/NM e pelos agricultores familiares da região estudada e de outras áreas do Norte de Minas.

Algumas mantêm integrados os elementos tradicionais do saber e de cultura muito expressivos, no cultivo da terra, na reprodução social e cultural, como festas, danças, folia de reis e medicina natural. Noutras, dentre as quais se destacam Serra Verde, Lagoinha, São Geraldo e Gameleira, situadas às margens das rodovias BR-135 e BR-365, há um número crescente de casas e estabelecimentos comerciais que assemelham tais comunidades aos bairros urbanos, inclusive com problemas relacionados à violência e à vadiagem (em número e gravidade ainda menores que na área urbana). Nessas comunidades

---

<sup>16</sup> Pequeno coqueiro típico deste ecossistema cujas folhas são usadas para coberturas dos ranchos, ou seja, as casas de vara, pau-a-pique ou de adobe, além de pequenos galpões, galinheiros, paióis e capelas. Ainda se encontram muitas dessas construções nesta região. É uma construção transitória para alguns, pois, ao terem melhores condições financeiras, constroem edificações de alvenaria. Seu fruto é o coco catulé cuja castanha, muito apreciada pelos habitantes (crianças principalmente), é também vendida atravessada por um fio finíssimo de algodão ou de pesca como um colar de contas ou “rosário” nas feiras em Bocaiúva, Montes Claros ou às margens das rodovias.

são encontrados, em maior quantidade, os trabalhadores das ocupações rurais não-agrícolas.

### 5.1.1 Interações com os espaços internos e externos

Nas décadas anteriores à de 1980 as comunidades rurais eram muito mais isoladas das informações e das políticas públicas, distantes geograficamente pelas poucas estradas de acesso transitáveis e pelo escasso número de veículos próprios e transporte coletivo<sup>17</sup>. Tal condição favorecia a presença constante da sombra do Estado, encarnado nas ações daqueles doutos que estudaram fora da região ou vinham de uma linhagem latifundiária e oligárquica que achavam ter o poder quase que “divino” de dar os rumos para a região norte do estado. São seqüelas da colonização e, mais recentemente, do regime ditatorial em todo o continente latino-americano, em todo o Brasil.

Havia uma forte dependência dos fazendeiros pelas relações sociais de poder desequilibradas, ou seja, mandava a minoria que possuía grande quantidade de terra e de influência política. Estes “poderosos” determinavam e influenciavam a vida das muitas famílias agregadas nos seus complexos rurais<sup>18</sup>. Posteriormente, a influência passou a ser exercida nas comunidades situadas à

---

<sup>17</sup> Transporte coletivo aqui entendido e conhecido na região por “galinheiros”, ônibus velhos, (cujo proprietário acumulava as funções de motorista e de cobrador) que transportavam, além da produção agrícola, porcos e “galinhas caipiras”. Os caminhões naquele tempo podiam transportar as pessoas e as mercadorias para serem comercializadas na feira, pela rodovia. Os poucos que possuíam camioneta levavam os seus produtos e de outros para serem vendidos, mediante pagamento em produtos ou dinheiro “apurado” na comercialização.

<sup>18</sup> Complexo rural era a grande propriedade quase que auto-suficiente, pois, de fora, praticamente compravam sal, ferramentas, querosene e tecidos (Alencar, 2001b). Nestas fazendas moravam os agregados, famílias que trabalhavam na produção ou na casa-sede da fazenda (no caso das mulheres). Toda família trabalhava para o fazendeiro, inclusive as crianças. Não recebiam indenização pelo tempo de serviço quando saíam dali, apenas “um acerto” do último mês ou dias trabalhados (notas de campo).

sua volta, no círculo vicioso da dependência, estabelecido pelas relações de compadrio e da patronagem. Daí prolongaram, tais relações, com os políticos e empresários donos de postos, restaurantes, areeiras e sítios de lazer. Um trabalhador rural, que quando criança viveu esta situação, relatou-a na entrevista:

*“Tudo que cê ia fazer... uns anos aí atrás, cê é meio novo, cê não sabe disso não, mas antigamente, até um convênio que cê tivesse pra ter uma consulta, cê tinha que procurar um fazendeiro... Pra tudo a gente dependia deles. Quem não ia a Montes Claros a cavalo, ia no carro do fazendeiro. Num tinha esse negócio de meio de transporte, não”. (Relato de entrevista. D2, trabalhador rural).*

É a típica situação propícia para perdurar a cultura do silêncio e do fatalismo. Não havia nenhuma forma de organização popular neste período, neste espaço. O universo dessas pessoas era delimitado àquela propriedade; suas concepções da realidade, visão de mundo, conhecimento, imaginário e crenças eram formados ali. A educação estava reduzida ao aprendizado das letras e das operações matemáticas fundamentais; na maioria das vezes as professoras eram as filhas ou a esposa do fazendeiro.

Os problemas, para serem resolvidos, necessitavam da intercessão de alguém com posses e poder político. Cada um, por meio dessa pessoa, resolvia isoladamente suas dificuldades com a obrigação (moral) de retribuí-la com o voto em seu candidato. O dono das terras, por sua vez, recebia as benesses financeiras e empregatícias, distribuindo-as à sua parentela pela troca dos votos. Daí as expressões: “voto de cabresto” e “curral eleitoral”.

*“Às vezes acontecia muito assim, né? Naquela ocasião tinha muito assim essa questã de o coronel da região, pelo meno, o fazendeiro, todo*

*mundo tentava, ele trazer as coisas e distribuir pros outros, né? Ele que conversava com o prefeito, ele, cume que chama, na época do voto, aí ele chegava e falava assim: péra aí, agora cês vai votar em fulano, fulano e fulano”. (Relato de entrevista. D12, trabalhador rural, trabalhador rural que também viveu esta situação quando era criança).*

É este o contexto, com toda sua cultura marcada historicamente de um lado pelo autoritarismo e do outro pela resignação, com que vão se deparar os missionários europeus e brasileiros. Ao se estabelecerem em Montes Claros, após a fundação da paróquia São Sebastião, os jesuítas iniciaram um novo trabalho pastoral. Novo em relação ao catolicismo existente na época, em muitos lugares conservador e tradicional, repleto de credices e devocionismos, no qual as pessoas deveriam aceitar, como um desígnio divino, a sua situação e a estrutural, justificadas freqüentemente pelas frases do tipo: “Deus quis assim, soffro agora depois vou para o céu”.

Para este novo trabalho, “Deus não quis nada assim”, Ele quer, segundo as reflexões bíblicas, uma sociedade com pessoas livres e vida em plenitude no tempo presente, na terra e com “os pés no chão”<sup>19</sup>. Nesta perspectiva, a religião só tem sentido se encarnada na própria realidade onde esta gente vive. Desse modo, eram concebidos e realizados os trabalhos na formação para a vida em comunidade e ao incentivo à união e à participação na associação e no STR, neste território.

---

<sup>19</sup> A expressão “pé no chão” é muito usada pelos participantes das CEBs e quer dizer uma maneira de viver a fé e a religiosidade, expressando-as na ação comunitária sem alienação e pela consciência crítica da realidade, desde o local ao global (preocupação e reivindicação desde o serviço precário do posto de saúde do bairro às questões macroeconômicas e políticas, como a dívida externa e a Área de Livre Comércio das Américas; a ALCA).

## 5.2 Concisa narrativa histórica da cultura religiosa local

A prioridade no início da paróquia foi se organizar começando pelo seu entorno na Vila Guilhermina e, posteriormente, pelos outros bairros periféricos, avançando pelos limites urbanos e adentrando no espaço rural. Nas comunidades rurais eram celebradas missas nas poucas capelas existentes, como Água Santa e em Abóboras. Eram as domingos, missas celebradas no dia do padroeiro da comunidade. Era quase uma semana de festa, uma vez ao ano. Ranchos de palha de pindoba eram construídos, havia bailes com leilões, bingos, comidas e bebidas típicas, e fogueiras (até meados dos anos 1980 não havia energia elétrica em boa parte desta região).

Trabalhavam em mutirão preparando as grandes quantidades de comida e prendas para os leilões. Escutavam as modas de viola (com fitas coloridas), músicas caipiras e dançavam forró ao som da sanfona, da rabeca<sup>20</sup>, do triângulo, do tambor e do pandeiro. Os homens jogavam truco e versos, as mulheres cozinhavam e conversavam e as crianças se divertiam o dia inteiro com as brincadeiras populares. Os adultos de hoje eram as crianças de ontem que trazem guardadas as lembranças de um tempo bem diferente em muitos aspectos dos dias atuais, como esta trabalhadora rural recorda:

*“Eu lembro quando eu era criança meus pais saíam lá da Capoeira Velha. a gente morava na Capoeira Velha, próximo daqui, e a gente ia para Água Santa. Pras Domingas de Água Santa que o pessoal falava naquela época. Eu mesma não entendia muito bem de igreja, de comunidade. Eu entendia... de criança, de ir pra comer doce. Só que eu lembro que o padre vinha, celebrava, tinha os foliões de Bom Jesus,*

---

<sup>20</sup> Instrumento semelhante ao violino, cujo maior fabricante artesanal e compositor de maior expressão nacional, inclusive conhecido em alguns países europeus, foi o montesclarenses Zé Coco do Riachão, que recebeu do jornal Folha de São Paulo a alcunha de “Beethoven do sertão”, em 1999, ano do seu falecimento.



*levantava o mastro, fazia a procissão... Mas eu lembro mais como criança, das coisas de criança: pau de sebo, de celebrar, da procissão que tinha com aquele monte de criança barulhando”.*

*“Mas... Eu lembro que a gente ia de carroça, tinha gente que ia de cavalo. Voltava à noite, dormindo. E quando foi passando de criança e aí a gente só lembra disso: que uma vez por ano, no mês de agosto, na época do Senhor Bom Jesus, seis de agosto, geralmente era: quatro, cinco, seis de agosto, a gente fazia... Tinha esta domingo pra celebrar o padroeiro. E na região só existia esta capelinha. Só existia essa capelinha para o pessoal celebrar, só celebrava missa assim”.*

*“Depois também a... foi passando o tempo, as pessoas foi esquecendo, foi esquecendo... Só existia esse mês de agosto e também no mês de janeiro, que era folia de Reis. Tinha uns encerramento da folia de Reis lá, mas não com missa, tinha com os foliões mesmo e tal. Depois foi perdendo, não sei se foi ficando difícil pros padres, não sei o que aconteceu assim... o que aconteceu não. Eu sei que foi perdendo isso, perdendo, perdendo. E a gente foi crescendo. Quando a gente... não tinha mais celebração na comunidade. Aí de hora em quando que tinha na escola celebração das mães, no final de ano, que vinha o padre, mas era muito raramente que vinha, não tinha uma comunidade cristã no Planalto, nem na região”. (Relatos de entrevista. B3, trabalhadora rural).*

As pessoas se deslocavam de longe, a pé, a cavalo, em carroças e nos raros veículos de carroceria, abarrotados de caroneiros. Era a oportunidade para uma ampla interação: encontravam-se, estreitavam os laços de amizade, colocavam os assuntos em dia, rezavam. Passavam às gerações mais novas as suas tradições e costumes, como visitar os túmulos dos parentes no pequeno cemitério (ao lado da capela) cercado por muros de pedras arroxeadas e ornamentado naturalmente por árvores do cerrado. À noite, todos se maravilhavam com os foguetes, com o sertão iluminado pela lua clara e o céu cheio de estrelas. Iniciavam os longos namoros que anos depois seriam sacramentados pelo matrimônio, outro espaço de celebração e encontro típico desta sociedade.

### **5.3 A intervenção num período de mudanças conjunturais, eclesiais e demográficas**

A partir dos anos 1970 e 80, já influenciados pelo Concílio Vaticano II<sup>21</sup> e pelas Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, os missionários e as missionárias inculturados, a partir da sua opção preferencial pelos pobres, foram celebrando e incentivando o povo a participar e celebrar “a palavra” nas casas, nas escolas, desde as comunidades urbanas periféricas que começaram a se organizar. Naquele tempo, a transição dos últimos bairros da cidade para a zona rural era quase imperceptível, pela existência de pequenas fazendas, chácaras e mangas nos arredores urbanos; além disso, eram numerosos os grandes terrenos baldios, repletos de mato, ruas irregulares, sem luz elétrica e infra-estrutura sanitária. Asfalto e calçamento eram raros naqueles tempos, nas favelas e nos bairros pobres.

As pessoas que aí viviam nasceram nas cercanias rurais de Montes Claros ou em outros municípios mais ao norte de Minas Gerais e do sul da Bahia. Eram os refugiados da seca ou, na verdade, refugiados do descaso, da falta de políticas públicas includentes no bioma da caatinga para convivência com a escassez pluviométrica e condições edafoclimáticas típicas desta região. Sem planejamento e infra-estrutura a cidade não crescia, inchava e, para agravar este quadro, aumentava o contingente de “refugiados verdes”, os que foram desterrados das áreas reflorestadas pela monocultura do eucalipto para produção de carvão vegetal para abastecimento das siderúrgicas do Brasil desenvolvimentista.

---

<sup>21</sup> Foi neste Concílio que ficou determinado, dentre outras mudanças, o fim das celebrações da missa de costas para as pessoas e em latim. Em muitos casos, o “latim” de hoje é a incomunicação entre o padre e o povo, e as “costas” continuam sendo “dadas” fora dos altares, na ausência de ações ao lado dos mais necessitados e injustiçados.

O desenvolvimentismo traçado resultou na devastação e fragmentação do cerrado, abaixou os lençóis freáticos e desestruturou o tecido social que havia nestas localidades com sua cultura e saberes próprios para sua reprodução social e convivência com o ecossistema que historicamente os acolheu desde os seus ancestrais indígenas e descendentes dos remanescentes dos quilombos, os quilombolas.

É com esse povo excluído, à margem da participação cidadã, que os religiosos conversavam sobre os textos bíblicos e sobre outros assuntos concernentes à dignidade, direitos humanos, democracia, meio ambiente, cooperação e união. Vale ressaltar que, neste período ditatorial, conscientizar e discutir acerca destes assuntos eram coisa subversiva, atitudes contestatórias de comunistas e perturbavam a ordem, portanto, tinham que ser silenciados pelos interrogatórios, torturas (“pau de arara”), desaparecimento ou exílio. Isto rendeu aos jesuítas em Montes Claros, nesse período e até recentemente, o apelido de “padres vermelhos” da “paróquia vermelha”.

Mesmo nesse período de censura, perseguições, calúnias e violência, o trabalho pastoral seguia adiante a partir das celebrações nas comunidades rurais, muitas ainda sem capelas ou qualquer tipo de organização, o que foi acontecer a partir dos anos 1980, conforme o relato de uma educadora da região:

*“Começou assim, antes mesmo sem ajuda da paróquia na escola de Três Marias, a gente começou lendo a bíblia, levando a bíblia nas épocas de Natal, na Semana Santa. A gente levava a bíblia e começava a ler textos bíblicos junto com o povo, com os alunos, com os pais, com a comunidade enfim, né? Ai foi criando aquela..., despertando na gente aquela vontade de fazer teatro, junto com os meninos, os pais também, com os textos bíblicos, aí saía a celebração. Agora a gente não sabia que tava celebrando o culto da palavra, não sabia”.*

*“... Aí, quando chegou o padre Manoel, o padre Ignacio e nos convidou pra vim... Aí começou a levar eles lá. Até o D. José também, o bispo, celebrou missa lá na escola Três Marias. E a gente contava pra eles que a gente tava fazendo isso, né? Aí foi dando aquela luz pra gente. E, de repente, chega padre Ignacio e vai... celebrava lá e tudo, e aí foi nos convidando pra fazer os cursos de catequese aqui em Montes Claros. E foi crescendo essa fé da comunidade. E no fim, a gente já tava celebrando o culto da palavra, né? Que tinha ali os comentadores, tinha... tudo direitinho, o ministro, e aí foi crescendo. Aí, de repente, vem... padre Ignacio é que dava pra gente essa formação. Aí, depois, veio... as CEBs, com o padre Tardin. O padre Tardin é que foi ajudando a gente nessa caminhada”. (Relato de entrevista. C1, educadora).*

Além disso, foi incentivada a preparação das lideranças nos encontros das CEBs em assuntos catequéticos e assuntos estruturais. Aprendiam nestes eventos a identificar, analisar e questionar as origens dos mecanismos políticos e econômicos que impediam a “vida em plenitude”, as fontes e as conseqüências da injustiça: fome, miséria, desemprego, crescimento dos conflitos agrários, precariedade do sistema de saúde, de transporte e de escolas. Refletiam sobre a importância da participação como cidadãos e resistência em sindicatos dos operários e dos trabalhadores rurais, da força como povo unido e organizado. Esta evidência pode ser constatada neste depoimento:

*“Esse encontro foi... eu me lembro que tinha Aninha da pastoral operária e Roseli, de Belo Horizonte, essas duas, que estavam aqui em Montes Claros por um tempo. E Betinha também, daqui de Montes Claros. E aquele moço da pastoral operária... Avilmar, tá na CPT, hoje. Avilmar também estava nesse encontro, já”. (Relato de entrevista. C1, educadora).*

As iniciativas populares foram valorizadas tornando-se o ponto de partida para o trabalho da paróquia. Assim, foram sendo estabelecidos maior diálogo e presença junto a estas pessoas que, pelas tradições e pelo trabalho

paroquial anterior (iniciado desde a sua fundação), cultivavam sua fé na comunidade.

#### 5.4 As comunidades eclesiais de base rurais

No final dos anos 1980, os moradores, preocupados com a formação catequética das crianças, formação bíblica e querendo missas ao longo do ano, conversaram com a diretora da Escola Municipal Mariana Santos (EMMS), Geralda Sales, para levar estas solicitações à paróquia. Esta diretora, que nasceu numa comunidade vizinha, conversou com o padre Tardin<sup>22</sup>, que marcou uma reunião com uma agente de pastoral e as pessoas da comunidade.

Solicitado a celebrar com maior frequência na comunidade, o padre respondeu que a condição para que isso viesse a acontecer seriam o envolvimento e a participação das pessoas da comunidade na sua organização. Recomendou que os próprios moradores dali se preparassem e preparassem os outros para assumirem essa comunidade a ser constituída. Nasceu assim, conforme o relato de uma moradora da comunidade do Planalto, trabalhadora rural, a primeira Comunidade Eclesial de Base desta região:

*“... e padre Tardin falou muito que pra fazer, podia vim formar uma comunidade aqui e pra ele atender às comunidades teria que formar uma comunidade cristã, onde os adultos também tinha que reunir pra refletir um pouco a biblia, pra refletir a vida de comunidade. E ele foi falando isso pra gente. Que ele não celebraria mais na escola porque, enquanto não tivesse formado uma comunidade cristã. Porque ele viu que num tava sendo legal. O povo... num tinha uma participação porque o povo num sabia o que era participar da missa, como diz, assistia a missa mas não participava. Ai marcou essa reunião, teve a reunião, marcou e os pais ficaram de reunir. Nos primeiros encontros que teve na comunidade, aí começou a catequese, as pessoas escolheram as*

---

<sup>22</sup> José Flávio Monnerat Tardin, S.J., fluminense da região de Nova Friburgo, permaneceu na paróquia nos períodos de 1989 a 1992 e de 1994 a 1998.

*catequistas e elas foram fazer uma capacitação lá no São Judas. E os pais... aí começou, teve uma reunião com os pais, com as pessoas interessadas de participar dessa comunidade também". (Relato de entrevista. B3, trabalhadora rural).*

Esse modo de proceder dialógico, característico da Teologia da Libertação, ao mesmo tempo remete a uma intervenção educativa, pois não se restringe a passiva atitude de “assistir” à missa e sim de “participar” da missa e da comunidade, o que se estende por meio da educação popular na capacitação e nos grupos de reflexão. Assim, os efeitos da conscientização e da educação para participação, sem medo dos políticos e fazendeiros, com respeito e liberdade, eram percebidos nas atitudes dessas pessoas na associação, no STR e nas atitudes de reivindicação junto à prefeitura ou outros agentes externos.

Esse processo de intervenção da paróquia nas comunidades apresentou-se então como o novo jeito de “ser Igreja” das CEBs, inserindo-se nas comunidades comprometidas com a vida e com a fé. A base que participa dos pequenos grupos das CEBs em cada comunidade gradualmente foi aprendendo e tomando consciência do que faz e do que precisa fazer para resolução dos seus problemas, desdobrando o que reflete em atitudes na família, na escola, no trabalho e na região para o seu crescimento qualitativo, ou seja, o seu desenvolvimento.

Na opinião de um trabalhador rural que desde adolescente participou das CEBs e foi o primeiro presidente da associação da sua comunidade, o trabalho da paróquia São Sebastião propiciou um espaço de intercâmbio para conhecer outras pessoas, outras realidades, inclusive alguns experimentos agrícolas comunitários, enfim, experiências, vivência e aprendizado:

*“... faz a gente conhecer mais as pessoas, igual eu já participei de encontros lá na casa de Nazaré [casa de retiros espirituais e encontros de formação da Companhia de Jesus na Paróquia São Sebastião]. Então, a*

*gente participando de um encontro daquele ali, a gente fica conhecendo muita gente. Ai, isso ajuda muito a gente a conhecer as pessoas e aprender também muito com eles, com aquelas pessoas que estão participando”. (Relato de entrevista. A1, trabalhador rural).*

As implicações da intervenção, outrora praticada, resultaram desde o aparecimento dos responsáveis pela conservação da capela ou da construção em mutirão (onde não havia), até os organizadores das comunidades e lideranças comunitárias. A lógica instituída parte inicialmente da constituição da “igreja gente”, as catequistas, grupos de jovens e os grupos de reflexão, para depois construir a igreja de pedra, o templo.

#### **5.4.1 A nova dinâmica de participação**

Nas reuniões dos grupos de reflexão das CEBs, a partilha dos textos bíblicos é realizada de modo que haja abertura e incentivo para a expressão das impressões, significados, opiniões e sentimentos. O momento torna-se rico de aprendizagem mútua e estreitamento dos laços fraternos e solidários. A reunião também é um espaço de práticas elementares democráticas de comunicação, participação e respeito às opiniões divergentes. É assim que vai acontecendo a ligação fé e vida, do texto para o contexto local, regional, nacional ou internacional; interação dos mais velhos e mais jovens na preparação das novenas, das festas, na distribuição de tarefas e nos planejamentos.

A Bíblia inspira a reflexão dos fatos históricos e dos fatos da vida presente, que é o lugar onde ressoa a Palavra de Deus. Há, no início, a eventual presença dos agentes de pastoral, pessoas que participam nas suas comunidades urbanas e da pastoral de conjunto proposta e discutida em assembleias paroquiais. Os encontros por núcleos ou por toda a parte rural são realizados com o envolvimento da base na discussão dos temas na avaliação de encontros

ou formação e pelas demandas percebidas pela equipe e lideranças nas idas às comunidades ou nas reuniões do primeiro sábado de cada mês. As lideranças vão replicar o que foi aprendido e apreendido nas comunidades, procurando atender prioritariamente às suas necessidades e iniciativas.

*“Hoje, a Igreja, por falta de padre, os leigos estão participando muito, né?, ajudando no serviço na comunidade. Agora mesmo a preparação para ministro da eucaristia, fazendo a preparação, né? A pessoa tá envolvida... O leigo tem que envolver com algum serviço, né? É... negócio de ficar só dentro da igreja só rezando, rezando, rezando, de braço cruzado, sem fazer nada... pelo menos jesuíta não é dessa forma, né? Quem gosta de ficar só louvando a Deus, louvando a Deus de braço cruzado e o outro tá aí do lado sem tentar resolver os problema? O negócio é trabalhar também. É colocar em prática aquilo que cê tá refletindo lá, né só ficar na reflexão”.* (Relato de entrevista. B2.2, trabalhadora rural).

Refletia-se também sobre os assuntos com relação aos problemas sócio-ambientais, aos direitos e as reivindicações, nestes encontros e nas missas. É aqui importante ressaltar aqui a abertura democrática e a atenção dispensada aos problemas sociais das comunidades, tanto na cidade quanto no campo, por estes religiosos e agentes de pastorais da paróquia São Sebastião.

*“Eles sempre, sempre explicava nas missa, dia de missa. Ali aproveitava um tempim, tirava um tempim sempre e explicava porque era preciso melhorar. Assim, no caso da união da comunidade. Explicava que tinha que ter união. A partir da união a gente conseguia buscar alguma coisa, se a gente fosse buscar individualmente sempre era mais difícil. Então, tinha que ser através do grupo... para poder chegar lá, tentar algum projeto, alguma coisa assim...”.* (Relato de entrevista. A1, trabalhador rural).

Embora o trabalho viesse com as perspectivas teológica e educativa libertadoras, houve, em algumas comunidades, choques culturais e conflitos,



pois retirou o poder de algumas pessoas, como os cabos eleitorais, os “amigos” dos fazendeiros e dos destruidores do cerrado e das nascentes, os exploradores das areeiras. Além dessas pessoas, o próprio povo do lugar, acostumado a ser mero espectador das celebrações, estranhou o fato de terem de se “desinstalar” (sair do comodismo egoístico, da resignação), trabalhar e refletir. Por outro lado, pensar nestas questões e procurar transformar a realidade aumentavam a iminência de conflitos com os poderosos, dando mais trabalho do que repetir comodamente as orações decoradas e o rosário.

*“Então, era a realidade crua mesmo, mas a gente não quer enxergar! Ai eles foram me levando pra reuniões em Montes Claros, foram me fazendo sentir importante dentro do grupo. Eles foram me fazendo isso, me dando assim...não são cargos, mas me delegando assim... funções, que eu podia ser útil. Não era só pegar a bíblia não, não era só pegando o terço e rezando não. Que eu podia ser útil de outra forma, dentro da bíblia, é claro e evidente, dentro da caminhada. Ai eu comecei a participar, a ir a Montes Claros participar de retiros. Só que antes eu já participei de outros carismáticos. Então, foi um choque muito grande, né? Pra mim foi um choque muito grande. Eu estranhei porque eu não tinha costume, é... não sei se é porque a verdade dói, né? A verdade dói! Então, a gente, assim, não tinha costume dentro da Igreja de encarar a realidade. E eles fizeram com que a gente realmente encarasse a realidade. Que não é só você dar esmola, que é o tudo. Você tem que ensinar a fazer, ensinar, não dar o peixe pronto. Cê tem que ensinar a pescar, né?”* (Relato de entrevista. B5, moradora nesta região desde 1984, vinda de outra paróquia de Montes Claros).

Apesar de incentivar a democracia, a participação e o envolvimento dos que estavam acomodados e mesmo dos que participavam, muita gente estranhou também, além das mudanças, o ritmo diferente do padre.

*“Depois, quando padre Tardin veio, né?, aí que já foi com a linha das CEBs e quando veio jogou assim... e a gente não tava preparada ainda pra essa caminhada. E ele chegou e foi pra fazer esse trabalho com a gente e como a gente não tava preparada, a gente achou, assim, mais*

*difícil, né? Que a gente tava acostumada ali só ir as missas, não tinha esses encontros, num tinha encontro de batismo, não tinha reflexão, não tinha catequese infantil. Muita gente reclamou porque, de primeiro, pra batizar um menino, era só pegar e levar na igreja e batizar. Num tinha esse negócio de fazer curso, preparação, nem nada, né? Então, muita gente não gostou. No início, muita gente não aceitava, nem a linha e nem a caminhada”. (Relato de entrevista. B1.1, moradora).*

Por outro lado, a perspectiva não tutorial deu espaço para discussão, avaliação e abertura para expressão dos sentimentos, o que já pode ser considerado um crescimento em termos de participação, leitura da realidade e contraposição: vendo, julgando e agindo. Vale lembrar, que ainda nessa época e até os dias de hoje, em boa parte das paróquias, a figura do padre é paradigmática quanto à unidade de comando, centralização do poder e autoritarismo; alguns pensam que são até inquestionáveis em suas determinações. Neste caso, ao ser indagado se havia, por parte dos jesuítas, dessa paróquia, diálogo, abertura e consideração às críticas e sugestões, um trabalhador rural responde:

*“Levam, mudam. Quando a gente vê assim que num tá achando que tá bom, a gente leva pras reuniões do primeiro sábado, que é onde a gente discute, lá onde reúne todas as comunidades rurais. Então lá a gente leva pra discutir e eles atendem da melhor maneira possível”. (Relato de entrevista. B1, trabalhador rural).*

O padre Tardin, conforme outros depoimentos, reconheceu e reformulou suas ações e o modo de trabalho na organização e capacitação das comunidades.

*“Por exemplo, quando Tardin, excelente pessoa, que hoje todo mundo ama padre Tardin, quando ele chegou aqui, né?, quando chegou a linha das CEBs, que era uma coisa assim, era diferente pra gente. A gente não tava acostumado com aquilo, então, era diferente. Então, nós chegamos até a conversar com o pessoal lá da paróquia, Acho que falou pra ele lá. Então, ele mudou o jeito dele ser com o pessoal da zona rural. Então,*

*mudou demais. E hoje, a gente ama ele de paixão mesmo. Quando padre Tardin foi embora, pra nós foi uma perda, né? Num tô falando só dele. Os outros também, que são muito dedicados, são bons também, né? Mas ele ficou assim... foi uma pessoa muito importante. E ele foi uma peça muito importante na nossa caminhada. Ele nos ajudou muito, ele tava na frente, ele dava idéia, ele fazia reuniões com a gente e ele que ajudou mesmo a levantar a comunidade, a caminhada da Igreja". (Relato de entrevista. B1.1, moradora).*

Portanto, é a situação na qual o educador ao educar também é educado, caracterizando a educação popular e libertadora, que não pode ser realizada pelos opressores, por sua visão de mundo e concepção de realidade. Superando juntos estas dificuldades, estas situações trouxeram mais confiança e liberdade para participação nas CEBs.

*"Nisso, a linha da Igreja hoje é ver a realidade, né? Parar e ver a fé e a vida e ver a realidade do povo". (Relato de entrevista. B1.1, moradora).*

Isto já propiciou uma primeira libertação, que é a do peso do moralismo da culpa, da condição de meros espectadores e de uma imagem de Deus castigador e distante. Foram se libertando da religião fatalista, da obrigação e do temor do inferno, para a religião da caridade, da luta pela vida com dignidade e liberdade, e do compromisso em ajudar quem ainda não tem essa consciência ou essa condição. O passo seguinte rumo à maior libertação era tomar consciência e posicionamento no mundo, a partir do local, utilizando textos bíblicos e informações geográficas, históricas e políticas. Um trabalhador rural esclarece sobre este trabalho ao responder sobre o tipo de intervenção acontecida quanto ao autoritarismo e abordagens religiosas alienantes (espiritualismo):

*"Não, pelo contrário. Era um trabalho que vinha focando a realidade da pessoa. Ai, primeiro fazia um levantamento da atual conjuntura das famílias. Saber a importância dela, a valorização dela dentro da*

*sociedade. O trabalho partia daí e aí que eles começavam, depois de ter um público já mais informado de seus valores. Que a primeira coisa que a pessoa tem que reconhecer é que ele é importante, que ele é alguém que soma resultado, ter a sua auto-estima valorizada. Então, a partir daí, que a pessoa entendia que ele era gente, e gente boa. Aí começava a discutir uma conjuntura mais de fora, principalmente no poder público a nível federal, estadual e a nível dos município”. (Relato de entrevista. D7, trabalhador rural).*

Os moradores nessa condição perceberam nas reflexões que não tinham só deveres perante o poder público. Descobriram que não basta conhecer os seus direitos, há que lutar por eles para possuí-los de fato. Foram se conscientizando pelo incentivo contínuo da parte dos religiosos e das lideranças comunitárias para que participassem do STR e das associações existentes, ou que as fundassem onde estas ainda não estavam organizadas.

Da mesma forma, as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar e tinham dificuldades de expressar-se, foram superando o medo e a timidez pela consciência de seu conteúdo ético e sincero. Quanto às conseqüências perceptíveis pelos moradores da região, após o trabalho pastoral e, posteriormente, da organização das CEBs, um trabalhador rural e uma moradora referiram-se à importância do trabalho e às mudanças de comportamento e de atitude frente o silêncio e a subserviência que prevaleciam perante o grupo ou pessoas de fora da comunidade:

*“Ah, um trabalho excelente! Que antes é o seguinte, o pessoal tinha até vergonha de ir na missa. Chegava na igreja ficava todo mundo caladimm... Aquele trem assim... O pessoal não queria participar de uma reunião, ficava sem querer falar. Com vergonha de perguntar as coisa. E com eles [os jesuítas e os agentes de pastoral] vim, eles abriu mais assim... parece”. (Relato de entrevista. B2, trabalhador rural).*

*“Então, isso é o quê? Isso é um fruto dos jesuítas, né? E essa organização das pastorais, que pra nós é um sonho, num pensava nunca*

*que isso ia acontecer em zona rural. Agora, a criação da Pastoral da Criança, as equipes que integram os ministérios, então, isso tudo pra gente só serviu pra enriquecer a comunidade. Eu acho de uma grande valia e que nos ajudou demais, principalmente na questão da organização da comunidade, não só no sentido de comunidade, mas associação, Igreja, pra tudo até em nossa vida do dia-a-dia, nos ajuda demais. E uma coisa que eu acho muito importante nessa convivência nossa com os jesuítas foi que eles puderam colocar e trazer pras pessoas a importância de que, lendo bíblia, só lendo bíblia, não te traz nada. O importante é unir fé e vida. Porque não adianta você só ler, só ler bíblia e você não ter caminhada. A prática é que mais importante, né?, e foi o que eles conseguiram. Houve resistência, no início foi uma resistência horrorosa. Eu mesma, né?, por eu ser de Igreja, eu estranhei”. (Relato de entrevista. B5, moradora nesta região desde 1984, vinda de outra paróquia de Montes Claros).*

O destaque dado ao padre Tardin nos depoimentos é consequência de sua ação como principal organizador, “semeador”, das CEBs, pois havia outros que também compartilharam dessa mesma missão. Os outros dois jesuítas que se destacaram nas entrevistas e conversas sobre a história dessa região foram os espanhóis Ignacio e Manuel que prepararam o terreno com os “arados” da Teologia da Libertação, tendo o trabalho sido muito prejudicado pela expulsão dos dois e de duas freiras na década de 1980, pelo então bispo D. José, influenciado pela oligarquia política de Montes Claros<sup>23</sup>. Este é um indicador de que a opção preferencial pelos pobres se dava, na prática, em atitudes concretas.

---

<sup>23</sup> O padre Ignacio Pérez Rodriguez, S.J. foi para San Antonio, Texas, em 1984, trabalhar com *chicanos* (descendentes de mexicanos) e imigrantes. Posteriormente, com outro bispo e abaixo-assinado dos participantes da paróquia, retornou em 1987 a Montes Claros. O padre Manuel Maria Tort, S.J. foi para João Pessoa e depois para o interior de São Paulo. Atualmente encontra-se em Moçambique (informações obtidas com moradores da comunidade São Sebastião na Vila Guilhermina, livros de registro da secretaria paroquial e informativos dos jesuítas). Também, em consequência do trabalho de conscientização, as religiosas dominicanas da anunciata, espanholas, foram “transferidas” da paróquia e da diocese, uma foi expulsa do Brasil na ditadura com a renovação do visto negada (informações obtidas com a irmã Carmen Requejo, dominicana da anunciata).

Ao realizarem sua missão, pautados pela teologia libertadora, causavam incômodo aos grupos políticos dominantes, pois refletiam e encorajavam o povo a se organizar e a escolher livre e conscientemente seus representantes.

#### 5.4.2 Metodologia educativa popular das CEBs

Além das missas<sup>24</sup>, reuniões e visitas às comunidades e às casas, havia eventos como teatros, capacitação de catequistas na comunidade ou em encontros nas comunidades urbanas onde eram favorecidos o envolvimento e o desenvolvimento dos talentos locais.

Para auxiliar na educação para fé e para a vida, foram elaboradas na própria paróquia várias cartilhas, livro de cantos e um livro de catequese e reflexões sociológicas para leitura crítica da realidade organizado pelo padre Tardin. Contava-se também com materiais produzidos por outros religiosos, comprometidos com a justiça, de várias regiões do país e pelos encontros intereclesiais das CEBs, além de pequenos acervos comunitários em algumas comunidades.

Os livros de cantos foram recolhidos numa coletânea de cantos antigos de domínio popular, cantos de compositores das comunidades rurais da paróquia ou agricultores de outros municípios do Norte de Minas, além das músicas das CEBs, do MST e sertanejas.

*“Muita gente, às vezes, até fala assim: ‘ah, mas as músicas das CEBs é uma músicas que não têm nada a ver’. Têm a ver com a realidade do povo, né?, mostrar pra gente que que é preciso ser feito, não é ficar só... rezar e esperar cair do céu, não, porque a gente tem que fazer a parte da gente, né? E é trabalhando mesmo. Eu acho, sei não, não sei se*

---

<sup>24</sup> Sempre dialogando com os participantes, utilizando símbolos da natureza e da sua cultura regional, sem sermões moralistas, com explicações teológicas ligadas aos fatos conjunturais.

*porque eu participo até muito pouco, sei lá, eu acho o trabalho das CEBs excelente. É claro que tem as falhas. Às vezes, dentro da própria Igreja, tem coisa que precisa ser mudada que às vezes a gente nem tá de acordo, né?”. (Relato de entrevista. B2.2, trabalhadora rural).*

As cartilhas usadas pelo grupo de reflexão, nas novenas de Natal e da campanha da fraternidade, trazem na sua dinâmica a oração que ilumina o tema da atualidade tratado, que pretende levar à mística da ação. Reúne pelo sagrado, dispersa pela atitude cotidiana e une pelo conjunto de ações que irão formar a história feita pela própria comunidade. Há também materiais que tratam de diversas reflexões pessoais, históricas, do posicionamento da paróquia na realidade atual e do trabalho comunitário. Tais livros, folhetos e cartilhas foram feitos em conjunto com os paroquianos, com desenhos manuais e mimeografados. Atualmente puderam ser feitas novas edições em gráficas.

*“Começou a gente reunindo na terça-feira e no domingo. Não havia folheto pro culto. A gente reunia da forma que podia. A partir daí foi crescendo mais, começou a ter missa e ter folhetos, ter livrinhos de canto, cartilhas. Ajudou muito. Qualquer problema pessoal, o padre Tardin ia nas casa visitar, a gente ia com ele, às vezes não tinha condição de resolver, mas ele ia e conversava e a gente refletia... E, sobre os problemas da comunidade, do país, ele conversava com a gente também. Depois mudou um pouco. Com o outro padre a gente não ia junto visitar as casas, mas a gente [da comunidade] ia”. (Relato de entrevista. A3, trabalhadora rural).*

Pela entrevista desta trabalhadora rural, coordenadora da CEB de sua comunidade e presidente da associação, pode ser observado que a intervenção educativa da paróquia resultou na autopromoção das comunidades, na continuidade do crescimento comunitário possibilitado pelo fortalecimento do grupo pela união de boa parte das pessoas, independente de religião ou preferência partidária. Em última análise, um movimento do interno/subjetivo

para o exterior/objetivo: da oração para a reflexão e da reflexão para a ação na comunidade desde o crescimento pessoal, passando conseqüentemente pelo grupo e se ampliando nas CEBs, associações e sindicato dos trabalhadores rurais, conciliando produção agrícola com o meio ambiente, cultura, saber local e cidadania.

É importante ressaltar que nestes momentos de reunião do grupo de reflexão, do culto, das festas (bingos, leilões e mutirão) e da missa, é a própria comunidade que se organiza. O grupo combina, de acordo com as possibilidades, o melhor ou melhores locais para se reunirem; as tarefas preparatórias são distribuídas ou assumidas por iniciativa dos participantes. Algumas dessas tarefas são: comunicar e convidar toda comunidade (inclusive os que não participam), limpar e arrumar com símbolos, cartazes (com frases, recortes de jornais ou desenhos), velas e flores. Normalmente, quem cede a casa para a realização do evento prepara também um café com biscoito assado ou frito (geralmente acrescido de bolo, bolacha, chá e suco) quando se reúnem na capela, escola, ou sede da associação, combina-se quem vai preparar e levar. Com pequenas variações de comunidade para comunidade, a estrutura básica de uma reunião, seu conteúdo e desdobramentos no cotidiano, são descritos pelo depoimento de uma moradora:

*“Era uma vez por semana. Aí a gente lia, refletia e refletia os problemas da comunidade, o que que é que, como que a gente podia resolver aquilo. Foi quando começou a aparecer, por exemplo: nós não é, era questão de dar esmola, mas era questão de ajudar. Às vezes você pensava em coletar uma cesta básica pra uma pessoa que tava lá na cidade, irmão de uma pessoa aqui que tava passando necessidade. Aí eles faziam a gente enxergar o irmão que tava próximo de nós e que tava passando até pior. Aí foi fazendo enxergar os problemas da comunidade, aí foi quando a gente começou a fazer, nós começamos a nos organizar e fazer bingos, fazer leilões. A gente conseguiu construir casa. Nós conseguimos construir casas, através dessa união, dessa organização da gente. A gente ia pro grupo de reflexão e rezava, meditava a biblia e*



*colocava em prática, dessa forma, olhando essas necessidades”.* (Relato de entrevista. B5, moradora nesta região desde 1984, vinda de outra paróquia de Montes Claros).

Ao participarem do grupo desde a fundação, as pessoas aprenderam a preparar uma reunião, não só nos aspectos práticos, mas também na comunicação, na acolhida, na condução do tema proposto, na mediação dos debates e nos esclarecimentos aos chegantes: recém-participantes ou novos moradores. O trabalho pastoral foi sendo realizado de forma ampla; não se buscou uma libertação só dos participantes das CEBs, como foi observado e informado pelas pessoas em alguns depoimentos, como o desta trabalhadora rural, evangélica:

*“Eu avalio, inclusive participo junto. Uma das coisas assim, que a gente preocupa muito, é justamente com isso, porque nós somos evangélicos jamais deixar de tá unido com as pessoas. Porque nós somos irmãos, de qualquer forma nós somos filhos de Deus, né?, tamos procurando fazer a vontade de Deus e acredito que o pessoal também, eles tá lutando pra uma coisa boa. Eles tão em prol da preservação em tudo, não só da natureza, mas também da vida, né?, dos irmãos. Eu tenho visto um trabalho bom, um trabalho que eles têm lutado muito. E a gente faz trabalhos juntos, nós num desprezamos ninguém. E eles também, sempre a gente tem sido assim pessoas que trabalham”.* (Relato de entrevista. D3, trabalhadora rural).

Isto se torna evidente quando a mesma senhora comenta sobre o modo de intervenção, os trabalhos de conscientização e reflexões sobre a conjuntura, recordando o respeito e a consideração ao povo simples, sua cultura e suas opiniões:

*“Sem imposição, eu trabalho junto muito com eles e não tenho visto nenhuma, que às vezes até já participei, já fui lá na igreja, já participei lá. Inclusive agora eu vou fazer parte da pastoral da criança. Então, assim, eu acho que é uma coisa que a gente vai trabalhando para o bem da comunidade, do povo, em geral. Então a gente não pode, às vezes as pessoas falam assim: ‘ah não, porque é evangélico, num pode tá junto’. Nada disso, nós temos que trabalhar junto sim, nós temos que tá lutando junto”.* (Relato de entrevista. D3, trabalhadora rural).

O trabalho com as comunidades propicia espaços participativos de encontro, discussão e aprendizado. Um destes espaços é a reunião do primeiro sábado<sup>25</sup> de cada mês, no salão paroquial.

#### **5.4.3 Reuniões: da reflexão teológica para a participação social**

Antes de descrever a reunião do primeiro sábado será abordada a reunião de preparação realizada pela equipe rural, composta pelas agentes de pastoral e pelos jesuítas, na mesma dinâmica:

Oração → reflexão → prática social

O método é o mesmo usado pelas comunidades rurais: ver, julgar, agir. Em seguida é realizada a avaliação da última reunião, impressões, demandas e novidades que surgem ao longo do tempo, após a reunião ou visitas às comunidades.

---

<sup>25</sup> No sábado anterior a sete de setembro de 2003, em pleno centro comercial da cidade, houve o Grito dos Excluídos, passeata de uma multidão levando cartazes, faixas, cantos e gritos de ordem e de protesto contra a ALCA e o descaso do poder público. Originariamente, a idéia de ir ao centro - em atividade comercial e não no feriado - foi iniciativa dos leigos da paróquia, única dentre as quatorze da diocese a sair desde a sua matriz com a participação de todas as comunidades rurais e urbanas.

Foram anotadas no caderno de campo questões observadas numa reunião dos jesuítas e das agentes de pastoral levantadas pela própria equipe:

*“Por que não há maior participação? Por que está havendo um esvaziamento, um enfraquecimento, nos movimentos sociais? O que vamos fazer para ajudar a reanimar as pessoas? Como vamos continuar discutindo e refletindo: fé e vida e realizar os encontros de formação à partir das demandas locais?”.* (Relato de entrevista. C.2, coordenadora da equipe).

Atualmente só há mulheres compondo o quadro leigo da equipe pastoral rural. Estas mulheres têm uma história de caminhada nas CEBs em suas comunidades na paróquia. São mães de família e profissionais assalariadas que realizam este trabalho voluntário, doando seu tempo e conciliando suas atividades em casa e no trabalho.

Nas comunidades rurais é bastante expressiva a participação feminina como coordenadoras e lideranças comunitárias também à frente da associação e participando ativamente do STR. Apesar do seu acúmulo de atividades, em muitos casos superior às atividades dos maridos, essas mulheres evidenciam muita dedicação à família e à comunidade. Foi observado que as divisões de tarefas, cultural e tradicionalmente estabelecidas, são mantidas por elas. Na maioria das comunidades, são as mulheres as principais responsáveis pela organização dos cultos religiosos e dos grupos de reflexão, além de terem presença mais freqüente e quantitativa que os maridos. Os homens justificam as suas faltas por chegarem muito cansados da faina diária. Entretanto, em algumas comunidades, eles estão sempre presentes quando é o padre que vai celebrar a missa ou a equipe pastoral para assessorarem os momentos de reunião e formação.

Todavia, em muitas casas foi observado que há algumas colaborações dos maridos e dos filhos nos trabalhos que anteriormente, pelo costume da região e da época, eram exclusividade feminina. Preparam as refeições ou servem café aos visitantes, de acordo com a ocasião, quando a mulher está trabalhando em atividade não-agrícola ou caso tenha ido à cidade. Normalmente deixam tudo adiantado; se não há filhas ou estas estão na escola, por exemplo, o marido termina de preparar a refeição. Com a mulher em casa, lavar a roupa, acompanhar as tarefas escolares, ou limpar a casa, dentre outras atividades, os filhos maiores e os maridos naturalmente não percebem como seus tais ofícios.

#### **5.4.4 O “primeiro sábado”**

Da escada em frente à porta do salão paroquial, anexo à matriz, foi observada a chegada das pessoas entrando pelo portão da quadra de esportes e trazendo suas pastas, embornais com livro de cantos, livro de planejamento, agenda, cestas e pacotes com biscoitos, doces, frutas, bolos e beiju. Feitas as saudações, começavam a se comunicar, a contar as novidades, combinar trabalhos, visitas às propriedades e assuntos diversos. Vários grupos vão se formando, uns só com as pessoas da região, outros com os religiosos e ou com as agentes de pastoral. Esta reunião conta com a presença e a participação de dois ou mais representantes de cada uma das 38 comunidades rurais.

Na hora de começar, pelas oito horas da manhã, vão se assentando em círculo no salão, num clima de descontração e acolhimento mútuo. Iniciada a reunião, com as boas vindas dadas por alguém da equipe, há um momento de espiritualidade com símbolos da natureza, do trabalho, da cultura local, velas, jornais, recortes de revistas, fotografias e cartazes.

Depois de refletir e expressar seus sentimentos e impressões, o momento é concluído com a oração do “Pai Nosso”, passando à apresentação do tema

escolhido pelos próprios agricultores ou proposto pela equipe. Esta exposição é realizada por alguém da paróquia ou alguém familiarizado com o tema<sup>26</sup>, normalmente novo ou polêmico, sobre o qual as pessoas têm pouca informação. Varia de acordo com a necessidade, por exemplo: ALCA, transgênicos, fome zero, conselho municipal de saúde e outros. As pessoas participam complementando, tirando dúvidas e debatendo. Prosseguindo a reunião, após os informes e avisos paroquiais é feito um intervalo de aproximadamente trinta minutos para um lanche comunitário, ou seja, as pessoas trazem quitandas típicas da região e repartem entre si. Esse momento possibilita, mais uma vez, a convivência, as trocas de informações gerais e maior aproximação entre as pessoas das comunidades mais distantes.

Em seguida, as pessoas se reúnem, agora por núcleos (cinco). Aí serão tratados assuntos, partilhadas soluções e problemas, demandas e agendas específicas do núcleo. Junto com as lideranças das comunidades rurais, reúnem-se um padre e duas ou três integrantes da equipe rural que acompanham o núcleo. Desde 2003 há um trabalho conjunto com os franciscanos da Ordem dos Frades Menores que vivem no noviciado localizado no “núcleo rural 1” da paróquia. As freiras dominicanas da anunciata e servas do Sagrado Coração de Jesus dão apoio na formação de temas relacionados à teologia, catequese, cidadania e em missão com jovens da área urbana, juntamente com os camponeses.

Esses encontros serão multiplicados nas bases e posteriormente serão temas acrescentados aos grupos de reflexão, ao culto, na associação e nas conversas informais. Pelo que foi constatado, nas informações da Arquidiocese de Montes Claros e com moradores de comunidades rurais de outros municípios,

---

<sup>26</sup> Por exemplo: CPT, assessoria parlamentar do mandato popular do vereador do PT Aldair Fagundes, Pastoral da Criança, pessoas da própria paróquia participantes do conselho de saúde e que também possuem uma trajetória participativa nas CEBs urbanas da paróquia São Sebastião e nas associações dos seus bairros.

nenhuma outra paróquia, das catorze existentes em Montes Claros ou de outras regiões do Norte de Minas Gerais, realiza um trabalho conjunto ou uma reunião similar a esta criada pela paróquia São Sebastião.

### **5.5 Celebrar a vida: a continuidade do cultivo do trabalho paroquial e da luta participativa pelo desenvolvimento sustentável**

Com a transferência do padre Tardin para outra missão houve a continuidade do trabalho paroquial, porém, com algumas alterações influenciadas pelas mudanças conjunturais e pelo estilo de trabalho dos outros jesuítas e dos novos agentes de pastoral. As evidências demonstram que o propósito do trabalho foi o de não criar dependência. A metodologia libertadora procurou educar para a autonomia e autopromoção pelo envolvimento, participação e o conseqüente desenvolvimento da região pelos próprios participantes. Perguntada se via alguma forma de esse trabalho criar uma dependência ou um assistencialismo, dos jesuítas ou de alguém de fora, uma entrevistada deu este depoimento esclarecedor:

*“Dependência? Não eu não vejo não. Eu não vejo, assim, que o povo fica dependendo deles. O povo caminha. Tanto é que o padre Tardin foi embora e as comunidades continuam caminhando, continuam fazendo o trabalho deles, não é? Não pararam, continuam fazendo. O importante é que ficou liderança, formou liderança e essa liderança que tá lá continua formando outros e tão formando multiplicadores. Eu vejo dessa forma o trabalho”. (Relato de entrevista. C1, educadora).*

Os grupos de reflexão passaram a ter maior importância para as comunidades pelo fato de reunirem as pessoas e, por acréscimo, dar condições para crescerem juntas, ajudadas pelo teor dos assuntos e das opiniões que surgiam, como pode se notar pela percepção desta trabalhadora rural:

*“E antes era difícil porque cada um ficava no seu lugar, né? E num tinha esse contato. E agora tem essa oportunidade”.* (Relato de entrevista. A1.1 trabalhadora rural).

A associação também é um espaço de reunião e união que contribuiu para o crescimento, o diálogo e a comunhão com as pessoas de outras religiões, porém, uma vez por mês, com assuntos da pauta específicos. Nas CEBs as pessoas se encontram toda a semana, ficam mais à vontade e têm tempo para refletir, o espaço ajuda. Os problemas da comunidade eram discutidos ali e levados para a comunidade nas conversas com pessoas de outras religiões ou que, por algum motivo, não participam e para associação também:

*“Eram discutidos. E aqui a gente, pra ajudar a comunidade, a gente discute nas reuniões, né? A gente reúne e todos reunidos, aí, a gente vai tentar solucionar o problema e resolver, né? Na igreja há mais participação dos jovens do que na associação. Não é por falta de convite. De uns cinco meses pra cá tem participado alguns jovens. Isso ajuda. Depois que ele vai participar na igreja, ele tem mais consciência do... ele vê a necessidade. Eu acho que a consciência muda, né? Aí ele vê a necessidade de tá participando tanto da Igreja como da associação e da comunidade. Cada um tem uma parcela de contribuição a dar ali. Se ele tiver com a consciência boa, então cada... tem uma parcela de contribuição pra Igreja, pra associação, outra parcela pra comunidade. E a tendência é se todo mundo partir pra esse lado, acredito que seria melhor ainda, porque nem todo mundo participa das três coisas assim ao mesmo tempo: comunidade, Igreja e associação. Eu acho que seria o ideal todo mundo engajar e trabalhar junto”.* (Relato de entrevista. B1, trabalhador rural).

Mesmo com a saída do padre Tardin a comunidade continuou a caminhada com os grupos de reflexão, celebrações, etc. As pessoas comprometeram-se e assumiram com os jesuítas posteriores o cultivo do trabalho nas comunidades:

*“Caminhando. As pessoas assumiram... cada um assumindo sua responsabilidade. A gente tava aí, assim, a ver navios. Então, hoje a gente tem uma caminhada e um conhecimento dentro da linha das CEBs, né? Depois de Tardin vieram outros, né? O padre Kyiti Kono, o padre Zé Pedro e muitos outros aí”.* (Relato de entrevista. B1.1, moradora).

De acordo com a entrevistada, houve mudanças pessoais em decorrência do trabalho realizado, nas relações comunitárias no seu interior e fora, como se a região fosse uma comunidade maior, formada pelas comunidades, mantendo a diversidade na unidade. Desse modo, as pessoas começaram a se preocupar mais com a realidade.

*“A partir daí, cê vê que é tanto que, antes, a gente não tinha, a gente não tinha nem aquele espírito de comunidade de ajudar o irmão. E hoje não, hoje quando tem uma pessoa precisando, a comunidade inteira move pra ajudar, né? Então por que? Através deste serviço, desta caminhada que a gente faz, né?, na Igreja, que mudou muita coisa. Aí começou a preocupar mais. Porque o conhecimento da gente mudou muito. Ajudou a enxergar o próximo, aquele que tá mais precisando da gente, né?”.* (Relato de entrevista. B1.1, moradora).

Constata-se que houve vários modos e intensidades de participação, a qual resultou do envolvimento das pessoas nas CEBs e daí para as associações, STR e, sempre que foi necessário, nas manifestações reivindicatórias para buscarem melhorias e crescimento para a comunidade, expostas nos relatos a seguir.

Contraposição solidária à opressão de um fazendeiro rico que invadiu o terreno de uma família vizinha muito pobre. A comunidade, indignada, não ficou de “braços cruzados” e agiu retornando a cerca ao local original.



*“Um dia mesmo nós fomos, eu, Tardin e um grupo de pessoas daqui da comunidade. Nós fomos derrubar uma cerca, nós fomos derrubar uma cerca de um fazendeiro, porque ele estava invadindo a terra de um produtor rural, na comunidade de Santos Reis, aqui próximo à Santa Rita. Moravam só dois irmãos e a menina, que era meia muda e o rapaz também é menos esclarecido, analfabeto, uma pessoa simples demais. Então o fazendeiro vizinho cercou o abacaxi deles e colocou o gado. Aí nós juntamos aqui e fomos até lá e derrubamos a cerca, colocamos no lugar que era antes. Então assim é..., principalmente Tardin, né? Ele fez a gente ver a importância da luta, através da bíblia, das reflexões que a gente faz, aí a gente vê a vida como ela é. A comunidade cresceu muito, haja vista que o fruto tá, né? Graças a Deus, uma comunidade organizada. E nós devemos a esse movimento de CEBs. Foi esse movimento de base que a gente tem, senão eu tenho certeza, que se não tivesse, estaria uma comunidade jogada às traças”.* (Relato de entrevista. B5, moradora nesta região desde 1984, vinda de outra paróquia de Montes Claros).

Também houve o aumento da autoconfiança e fortalecimento para contrapor e reivindicar um fim para as externalidades das areeiras, granja, posto de gasolina, clube campestre. Todas estas situações com a saída vitoriosa das comunidades.

As areeiras foram fechadas ou tiveram que se adequar à legislação ambiental. Todavia, continuam os protestos e ações junto ao conselho ambiental municipal para o fechamento e recuperação das áreas degradadas.

*“Que eu fiz parte de uma comissão, que nós temos esse problema sério, que ele é até conhecido aí no Brasil inteiro, desse depredamento de areia aqui das areeiras, que ela atinge até o rio nosso aqui, que é o rio do Sumidor. E uma parte que foi acabado, do São Lamberto, aí tem uma parte dela de cá, que deságua a areia pro rio do Sumidor. Foi fechada, mas, toda chuva que dá, carrega bastante, né? Vai só, com o tempo, vai só destruindo o rio. Essa areeira, depois dela destruída, ela num aparece o dono. Até hoje nós ainda num conseguimos localizar pessoas, porque o morro mais alto que tem, que destruiu muito, quando nós fomos conversar com o dono do terreno, ele alega que foi uma empreiteira que explorou o cascalho e deixou limpo. Mas vai procurar a*

*empreiteira, ela alega que foi passada pra outra poder continuar o serviço”. (Relato de entrevista. D4, trabalhador rural).*

A granja, cujos dejetos propiciaram o aumento de moscas na região, somente após protestos e pressão das comunidades vizinhas, tomou providências para acabar com o problema.

*“Olha, na verdade, a empresa entrou e num teve discussão com a comunidade. Eles compraram a terra aí e começou proliferando mosca, mas uma coisa assim... E isso deu um impacto muito forte porque parece que o interesse deles era comprar terra, né?, pra tirar os agricultor de perto e botar pra longe. Nós tomamos muito prejuízo, matou animais, matou tudo. Muitas pessoas foram embora nessa época. Aí nós se organizamo e um dia nós resolvemos fechar a firma, né? Como de fato nós fechamos ela, até a hora que eles chamaro pra negociar. Aí nós fomos e sentamos na mesa, em torno, aí assim, de trezentas pessoas da comunidade, com um dos dono e ele fez uma proposta, pediu um prazo. Aí eles arranjou várias alternativas (remédio pra tratar do gado) até chegou num ponto que foi resolvido, né? Eles fez alguns beneficios pra comunidade, essa questan do esterco [vendido aos horticultures por um preço acessível] e do pessoal que é carente e vai no ônibus, pelo menos. Só que, na verdade, isso não impedia que você lutasse pelo direito teu. Hoje tem várias pessoas trabalhando na firma, mas como é a proposta que nós temos, isso pra mim não impede. Se eles soltarem a poluição a gente vai brigar do mesmo jeitim. Porque um vai produzir muito e dar emprego, o restante pode morrer? Eu sou o contrário, né? Nós temos que viver todo mundo num ambiente bom, sadio e saudável, né?”. (Relato de entrevista. D1, trabalhador rural).*

O embate com o clube campestre resultou na construção de uma estação de tratamento de efluentes para não mais poluir o rio São Lamberto.

*“Por causa da poluição, do esgoto, né? Lutava contra isso. Não era contra o clube. Tem muita pessoa das nossa familia, aí na comunidade, que trabalha lá dentro, tem é muito emprego, né? Mas, eles abusava. Aí nós foi lutando, foi lutando, aí nós fomos organizar e fomos lá e discutimos com eles que o resultado que tinha era nós fechar. Porque*

*aqui cê pegar daqui até Claro dos Poções, é duas mil famílias, que tava bebendo o esgoto podre. Lá no Pentáurea, no final de semana, reúne cerca de duas mil pessoas, além das festas que tem lá que junta aí vinte, trinta mil pessoas. E essa água é esgotada toda no rio. Com essa discussão que nós foi fazendo, aí nós foi sentando e eles pediu um prazo, e nós demos. Mas essa luta durou uns dez anos. Nós demos eles o prazo, entrou um presidente meio pé no chão, né?, num era muito empresário. Ele fez uma proposta pra nós, que a coisa que ele... se ele não fizesse nada dentro da Pentáurea, ele ia sair e deixar o problema da água resolvido, o problema do esgoto. Nós acreditamo, aí eles começaram. E, hoje, pelo meno, tá resolvido o problema. Fez um tanque lá, né?, de capacitação, todo esgoto cai dentro. Eles joga pra fora e trata; quando ela devolve pro rio, já devolve tratada. A água tá uma maravilha lá. Cê pode chegar e tomar banho no fundo do clube que a água tá limpinha, tá uma beleza. Foi uma luta, mas conseguimos e não ficamo mal com ninguém. Não precisou quebrar nada, tranqüilo, na base da conversa, do diálogo. Então, eu acho que a gente se organizando, pelo meno, ocê consegue resolver as coisas”. (Relato de entrevista. D1, trabalhador rural).*

As comunidades buscaram, juntas, melhores condições na saúde, educação (conseguiram o ensino médio na Escola Municipal Mariana Santos e o projeto SEMEAR da CUT) e infra-estrutura (poços artesianos, energia elétrica, estradas e pontes). Vale destacar que, ao participarem destes eventos de aprendizagem participativa, as pessoas saíam mais fortalecidas, experientes, unidas e encorajadas para enfrentarem outros desafios e dificuldades para o crescimento comunitário.

*“Então, eu acho que desorganizado, se ocê não tiver uma organização... podia nem ser associação, que esse nome tá ficando, sei lá, já tá muito usado. Mas, desde que seja uma nucleação qualquer, a gente tem condições. Um exemplo é aquela escola Mariana Santos, né? A gente se reuniu, as associações, e lutamos pelo meno a quase, mais de dez anos. Hoje nós tem o ensino, apesar que é o ensino tradicional, mas é uma das escola modelo, que em Minas Gerais eu não conheço uma escola municipal que tem o 2º grau, né? Hoje tá em torno, aí, não sei se seiscentos ou oitocentos alunos que estuda aí. Uma nucleação de*

*quatorze comunidades, e... junto que nós conseguimos. Nós, quatorze associações, todas circunvizinhas. Ai essas associação reuniu pra lutar para uma educação. E essa educação que tem hoje no Planalto, provavelmente nós evitamos mais de cento e cinquenta famílias tá morando em Montes Claros. Nós temos hoje até aluno fazendo a faculdade, né?, ainda ai no Planalto e estudando em Montes Claros. Nós temos várias professoras aí, porque primeiro foi o curso de magistério, dando aula na zona rural aí, que foi formada no Mariana Santos. Então, eu acho que nós temos que se unir, uma pessoa não resolvía, prefeito não vai dar de graça, né? Nós, ainda, já discutimos e já tamo com o projeto pronto, já pra nós comprar os computador e vamo fazer um curso de informática aí. Se Deus quiser, nós vamo conseguir pelo meno. E a turma lutando. Nós, hoje, no colegiado lá, nós temos 24 pessoas, e se reúne mensal, pra discutir os problemas da escola. E eu acho que os educadores, a diretora, todos têm o maior respeito com o pessoal do colegiado. Ela não faz uma pequena mudança na escola se não reúne o colegiado pra gente discutir juntos". (Relato de entrevista. D1, trabalhador rural).*

Nem todas as pessoas participaram dos eventos que trouxeram melhorias para as comunidades e para a região com o mesmo interesse ou intensidade. Numa tentativa para melhor compreensão deste caso foram estabelecidas didaticamente três categorias de análise a partir das entrevistas, dos comentários dos habitantes, das observações e das notas de campo.

## **5.6 Tipologias dos participantes**

O espaço participativo de uma associação (conforme a observação) é composto de diferentes visões de mundo, concepções de realidade - idéias e ideais de associação - e diferentes interesses e intenções. A associação é um dos acessos da comunidade ao mundo dos acontecimentos da política, da economia, das técnicas e do urbano. O contrário também acontece; a associação torna-se acesso do urbano ou de outra realidade rural à comunidade. Neste espaço acontecem as relações, as trocas simbólicas, a reciprocidade, a fraternidade, os

conflitos, a união (mutirão), apoio mútuo. Sínteses entre o real e o ideal, entre o novo (moderno) e o antigo (tradicional). Convergência e expansão (implementação, difusão).

Além do grupo de reflexão, também a associação é um lugar de reunião, de encontro, onde as pessoas se vêem, comunicam-se. É onde também acontecem, na prática, a comunhão e o compromisso com as pessoas, com o transcendente, com o ambiente e consigo (crescimento, auto-estima, valorização existencial, da sua história de vida e integração da sua personalidade). Todavia acontecem freqüentemente os esforços para a concertação, ou seja, a busca do consenso democrático, da combinação para amenizar o imediatismo, o jogo conflitivo de interesses e poder, do egoísmo e do materialismo (racionalidade instrumental), que dificultam a união dentro e entre as associações, o crescimento da comunidade e o desenvolvimento da região. Surgem os diferentes tipos de participantes aqui categorizados em plenos, eventuais e não participantes, conforme demonstra o Quadro 2.

**QUADRO 2: Tipos participativos entre os habitantes do espaço pesquisado**

<b>Categorias (Didáticas)</b>	<b>Envolvimento (Dedicação)</b>	<b>Atitudes</b>	<b>Diretoria ou coordenação</b>	<b>Auto-estima</b>	<b>Relação com os poderosos (políticos, empresários ou fazendeiros)</b>	<b>Continuidade</b>
<b>Participante pleno</b>	Comprometimento Participação integral	Solidariedade Respeito Cooperação Colaboração	A serviço da comunidade Democracia	Elevada Acredita em si e na comunidade Fé Esperança	Contraposição	Participa
<b>Participante eventual</b>	Depende do que vai ganhar Participação fragmentada	Oportunismo Egoísmo Mando	Benefícios para si e pequeno grupo Autoritarismo	Inconstante Confia mais em ações isoladas e externas do que na comunidade	Posiciona a favor	Abandona
<b>Não participante</b>	Omisso Não toma parte	Indisposição Comodismo Espera pelos esforços das outras pessoas.	Alheio	Tende a ser baixa. Incrédulo	"Neutro" favorece a situação Subserviência	Nunca participou

Fonte: elaborado pelo autor.

As categorias, embora sejam analiticamente úteis, não representam uma divisão fixa na prática ou na realidade. Além do que, qualquer distinção é uma tipologia. Allport (1974) alerta que a tipologia é uma abordagem parcial da individualidade, e sendo estabelecidas estas categorias, deseja-se uma classificação mais limitada e mais discriminadora da natureza humana, embora os tipos estejam longe de apresentar o indivíduo total<sup>27</sup>. Estas tipologias foram evidenciadas pela observação participante nas associações, nas entrevistas e na convivência “inculturada”.

Pelo que foi constatado durante o trabalho de campo, entre os participantes plenos há, em sua quase totalidade, pessoas que participaram, e ainda participam, desde o início das CEBs e, ainda, três pessoas de outras religiões. Das CEBs, sobretudo lideranças, não se teve informação ou, pela observação da coerência do discurso e da prática, para poder caracterizá-los em outras categorias. Nas outras categorias não foi constatada nenhuma pessoa que possuísse um itinerário participativo.

Nas duas outras categorias, há pessoas que têm algum contato com a paróquia, mas não participam das CEBs, não valorizam o grupo de reflexão e nenhuma outra iniciativa da comunidade. São os que não concordam, até os dias da pesquisa, que não se deve falar de política dentro da igreja. Alguns dos participantes eventuais costumam ser cooptados pelos interventores tutoriais e com os políticos aliados dos partidos de direita que sempre fizeram politicagem na região.

A seguir, serão caracterizados separadamente os tipos de participantes das comunidades rurais que estão circunscritas no mesmo espaço geográfico onde atuam as lideranças locais das CEBs, os jesuítas e os agentes de pastoral da paróquia São Sebastião.

---

<sup>27</sup> Alguns autores defendem o emprego de tipos ideais, todavia, tal consideração não é contemplada por Allport (1974), que afirma que os tipos ideais não pretendem abranger

### 5.6.1 Participante pleno

Na comunidade, este tipo é muito conhecido, possui um vasto e diversificado diálogo com os moradores e pessoas de outras comunidades. Durante as entrevistas, conversas e observação, notou-se ampla conscientização estrutural e conjuntural, comprometimento e coerência no discurso e no curso das ações, nas atitudes cotidianas, nas reuniões dos distintos grupos ou situações envolvendo sua opinião e na tomada de decisão. Nas situações de dificuldades financeiras, doença, óbito, trabalho, mutirão, missas e celebrações, estão sempre presentes e atuantes.

A esperança, a fé e a caridade (serviço) são características que tipificam tais atores sociais. A participação é vista como integral em todas as instâncias, além da comunidade, inclusive. É o caso dos que participam na diretoria do STR, nos conselhos de saúde e de meio ambiente, no CAA/NM, nas manifestações, como o grito dos excluídos, nas marchas dos trabalhadores rurais e das “margaridas” em Brasília (FETAEMG, CONTAG), enfim, vão a outros espaços, cientes da sua importância lá e da importância do evento para seu aprendizado e para o repasse à comunidade do que foi apreendido.

Participam ativamente das CEBs (grupo de reflexão), na paróquia (protestos, grito dos excluídos, abaixo-assinados apoiando movimentos sociais populares). Nas associações (de moradores e/ou de produtores), na escola, sobretudo na Escola Municipal Mariana Santos, no conselho de pais, nas contrapartidas dos projetos das entidades que atuaram por lá (Visão Mundial, EMATER, CAA/NM, SEMEAR-CUT) e no time de futebol.

O voto para o participante pleno é, em última instância, um poder de contraposição, perspectiva de mudança e esperança de conquistar uma democracia amplamente representativa. Para o participante eventual é possível

---

pessoas reais.



ser negociado, para o não participante tanto faz: “*todos que entram roubam mesmo*”. A paróquia nas eleições de 2000, juntamente com a sua rádio comunitária, Cidadania (coordenada pelo jesuíta João Luiz de Castro), trabalhou intensamente contra a corrupção eleitoral por meio da divulgação, nas comunidades e pela rádio, da Lei 9.840 de 28 de setembro de 1999, conforme declaração deste trabalhador rural:

*“Cê vê o pessoal, cê conversar com o pessoal, que participa de um grupo, principalmente aquelas pessoas que o João Luiz acompanha, mais de perto. Dá pra cê perceber o senso político e crítico deles quanto um outro grupo que não tem nenhum conhecimento, que nunca participou do trabalho junto à paróquia. Então, cê consegue, eu particularmente, consigo sentar na mesma mesa desse grupo que é acompanhado pela paróquia São Sebastião e discutir qualquer... políticas no contexto geral, qualquer entendimento com eles. Com o outro grupo, a gente sente uma certa dificuldade. Inclusive nos pequenos projetos, é facilitada a discussão nessa área de abrangência da paróquia. O outro lado, não tirando o mérito da paróquia São Norberto, eles é um pessoal que... eles são mais envolvido politicamente dentro da dimensão diferenciada da realidade nossa. Pensa mais grande. Na verdade é um pessoal mais da direita, no contexto nosso hoje, pessoal que serve mais os senhores do PFL e do PSDB. Por outro lado, na São Sebastião, a gente percebe mais o pessoal humilde, o pessoal do PT”.* (Relato de entrevista. D7, trabalhador rural).

As atitudes solidárias e de colaboração promovidas pelos participantes plenos, pautadas pelo diálogo e valorização de outras opiniões, religião e técnica, propiciam, nestes espaços, a democracia e a participação. O seu envolvimento (dedicação) e compromisso com a vida, o respeito e a acolhida às diferentes concepções de realidades, a tornam confiável para assumir cargos de liderança e que exijam responsabilidade e honestidade.

Percebem as pessoas de fora da comunidade como merecedoras de respeito e consideração, porém, que devem retribuir tal percepção ao visitarem e

atuarem na comunidade. Hoje já perguntam: quem é, de onde veio e o que quer aqui? Já têm uma referência quanto aos impactos ambientais, sociais e econômicos que tais instruções, promessas, projetos ou assistência técnica podem causar na comunidade e na região.

É muito comum nesta região o acesso aos cargos de liderança por indicação das pessoas mais adultas, que têm um peso na concordância ou consenso dos demais membros da associação ou da Igreja. Por sua trajetória ética, solidária e de personalidade, as pessoas são convidadas ou indicadas para assumirem cargos na associação, no STR, nos projetos, no colegiado e mesmo de onde já vêm, dos grupos de reflexão ou da coordenação da comunidade religiosa.

Compor a diretoria, para estas pessoas, equivale a servir o próximo, da mesma como meditam, com base nas escrituras bíblicas. A democracia é um dos traços das atitudes destas lideranças em todas as circunstâncias, no lar com a esposa ou maridos e os filhos e filhas. Há uma consciência solidária e altruísta de fazer não apenas para si, mas para os outros habitantes e para as futuras gerações:

*“Na época, foram eles que queriam formar a associação, mas não tinha ninguém que queria assumir. Ai eles me procuraram e pediram para que eu assumisse a presidência, ai eu assumi. Na época, a gente não conseguiu fazer nada como 1º ano. Os primeiros anos da associação é difícil conseguir algum projeto, como hoje é, mas, naquela época era bem mais difícil. E o que leva eu a participar é procurar alguma melhora, né?, no futuro. Espero que no futuro possa melhorar alguma coisa para as comunidades, para a nossa e para as outras também”.*  
(Relato de entrevista. A1, trabalhador rural).

A auto-estima, ao que parece nas observações e boa convivência, são elevadas. Embora subjetiva, esta afirmação pode ser fundamentada por alguns indicadores, como: acreditarem em si e nas outras pessoas, sentirem-se capazes

de assumir responsabilidades e projetos, otimismo, continuidade na participação (nos tempos fáceis ou difíceis), paciência, consciência da sua cidadania e de estarem a serviço da vida.

Quanto à relação com os “poderosos”, em relação ao passado, romperam as cercas do curral, passaram a apoiar e votar nos candidatos da oposição, da esquerda. Já não temem as ameaças de serem isolados, caso não votem em determinados candidatos e candidatas da situação. A possibilidade de cooptação pode acontecer por pressão e chantagem, no caso dos empregos nas escolas via contratos sempre renovados e nunca regularizados por concurso público, o que não interessa ao grupo político no poder.

### 5.6.2 Participantes eventuais

Estas pessoas são vistas na igreja, na associação, no campo de futebol e na escola sem nenhum comprometimento, apenas com interesses “politiqueiros” ou economicista. Por exemplo, conseguir crédito do PRONAF. Do STR participam como sócios, visando a aposentadoria ou licença, não inserindo na questão política e questionadora das estruturas econômicas e de poder público. Muito diferente da concepção de participação deste participante pleno:

*“Em primeiro lugar, pra mim participação, né?, é lógico é a presença. Às vezes, tem muita gente que fala assim: eu sou associado ali na associação do Planalto, às vezes nem vai lá, é associado. Ou, às vezes, igual na comunidade, cê tá falando de modo geral, né? Às vezes, fala também: eu também sou, faço parte da Igreja lá, Santa Clara, mas o pessoal, mas a presença, num tá, né? Tá fazendo parte ali, mesmo, de boca, né? Então, eu acho que a participação da gente, tem que tá presente e tá sempre atualizado com as coisas que vem acontecendo na comunidade. Eu acho que a participação da gente na comunidade é assim”. (Relato de entrevista. B4, trabalhador rural).*

O envolvimento (dedicação) do tipo eventual vai depender do que vai ganhar imediatamente, qual benefício terá para si. A participação é feita de forma fragmentada, nos espaços que podem proporcionar benefícios eleitorais ou de ganho material e financeiro. Confiam mais em ações isoladas do que com comunidade, principalmente aquelas pessoas ligadas ao poder político ou econômico.

Compor a diretoria é ter o mando. As atitudes, muitas vezes disfarçadas por gestos e retóricas dramatúrgicas, resultam em atos “proveitadores”, oportunistas e egoístas. As pessoas são vistas como “peças” para serem usadas ou manipuladas num jogo de poder, carregadas de autoritarismo, reproduzindo a dominação historicamente presente ali pelos coronéis das fazendas e da “politicagem”.

A auto-estima é inconstante; qualquer discordância ou vontade da maioria que vá de encontro aos seus interesses é motivo para se isolar, sentir-se traído ou excluído da associação, do grupo de reflexão ou do STR. Também há um sentimento de inferioridade acompanhado por uma necessidade de auto-afirmação, de “aparecer” diante do grupo, principalmente quando há algum visitante. O “exibimento” leva ao desprezo pelos mais pobres, tratando-os com arrogância e orgulho.

A relação com os “poderosos” é de servidão; pensam que romperam, por terem a atenção destes e algumas benesses patrimonialistas. Abandonam o STR ou a associação, assim que conseguem um benefício, como a energia elétrica, poço artesiano.

*“Tem vários lados... tipos da participação, que às vezes as pessoas participam só no interesse de ser beneficiado. E eu não, eu participo com o interesse mais de ajudar a comunidade a crescer. Às vezes eu sou menos beneficiado, né?, porque... ajudo mais do que sou beneficiado do que... Às vezes tem pessoas que só quer participar pra ser beneficiado.*”

*Depois de beneficiado vira as costas pra associação. Acho que não pode tá acontecendo é isso, né?”. (Relato de entrevista. D5, trabalhador rural).*

A cooptação é comum e mesmo esperada. Acontece frequentemente nas vésperas de campanha política, ou entrada de outros candidatos populistas na disputa pela região.

### **5.6.3 Não participantes**

Para um participante pleno, participação tem o seguinte significado:

*“É aquela pessoa que tem uma reunião da associação, ele participa. Tem uma missa, ela participa. Tem uma pessoa precisando de ajuda, ela participa. A participação, pra ela ser completa, cê tem que participar de todas as coisas da região. Que a participação não é só dentro da associação”. (Relato de entrevista. D2, trabalhador rural).*

Muito diferente desta concepção, para o não participante é “perda de tempo esse negócio de participação, só dá dor de cabeça”. Aparecem na igreja em dia de festa do padroeiro, na associação quando há um evento festivo, como bingo ou leilão e nos projetos ou benefícios como usuários passivos. Jamais, caso não tomem consciência da realidade, irão à prefeitura com a comissão da comunidade. Certamente não comungam das decisões tomadas e aceitas pelos participantes das reuniões da associação ou no grupo de reflexão, que decidem cobrar e pressionar vereadores, secretários e o próprio prefeito. Não se envolvem nem nas discussões sobre as necessidades e possibilidades de melhoria para a comunidade. São, portanto, pessoas omissas. Esperam sempre pelo esforço que as outras pessoas dispõem na luta para conseguir melhores condições de vida. Além de serem incrédulos, desmoralizam o trabalho das outras pessoas, com

boatos e afirmações infundadas, mas que podem gerar conflitos ou influências negativas aos participantes incipientes.

*“Cê põe sentido. Eu tenho pessoas que chega perto de mim e: ‘mas cê é besta demais’. Por que? ‘Mais cê arruma coisa pro cê esquentar a cabeça, só o que cê num ganha nada’. Eu falo: ‘Ó moço, mas se todo mundo for pensar assim, piora muito. Eu quando eu tenho uma pessoa que eu ajudo ele e vejo ele com o sonho realizado, eu fico satisfeito como se eu tivesse ganhado uma coisa’”.* (Relato de entrevista. D2, trabalhador rural).

Indisposição e comodismo são características fortes, rapidamente notadas nas conversas, na convivência e informações dadas por outros moradores e moradoras. Criticam o grupo de reflexão por falar em política, têm uma visão preconceituosa dos próprios moradores à frente dos grupos. O poder político e, em alguns casos, a direção de uma escola, sindicato ou comunidade religiosa são vistos como inquestionáveis, numa atitude de subserviência. A auto-estima tende a ser baixa, não se percebem capazes de serem os protagonistas das mudanças na comunidade. Possuem um forte sentimento de inferioridade, perceptível na relação com os “poderosos”, pois ainda não romperam com estes; acreditam nas promessas e têm uma “obrigação” moral de votar por causa de algum favor ou doação assistencialista. Embora na prática nunca tenham participado, não significa que nunca participarão; há casos, uma minoria, de mudanças de atitudes. Isso, para as pessoas desta região, representa um crescimento, um desenvolvimento pessoal e comunitário.

*“...desenvolvimento pra mim aí é, hoje, né?, tempos fracos. O pessoal num participava, hoje já tem muito esclarecimento pro pessoal na comunidade e tal. Então, pra mim, já é um desenvolvimento grande deles... a participação deles, né?”.* (Relato de entrevista. B4, trabalhador rural).

Enquanto o rompimento não acontece, permanecem “encurralados” pelo medo e pela falta de consciência crítica da realidade e das circunstâncias.

### 5.7 As três tipologias e a consciência ambiental

As nascentes, nesta região de cerrado, são, para a cidade e para a toda a região, concomitantemente, uma reserva e um patrimônio ambiental. O poder público parece não ter consciência, pois não toma qualquer medida conjunta e efetiva com a comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais, para se cuidar e pensar nas alternativas para que ocorra o desenvolvimento desta região toda de maneira sustentável. Isso porque à medida em que os empreendimentos capitalistas avançam, crescem as marcas da degradação e suas conseqüências sócio-ambientais, em alguns casos irreparáveis.

*“Quando chegou o desenvolvimento aqui, em torno aí de uns quarenta anos, é uma história muito bonita, que é a BR-135. Foi o desenvolvimento aí, o progresso chegou aí. O que ela trouxe? Ela trouxe a questão da descapiação de toda vegetação que nós tinha, nas cabeceira das nascente. Que tirou toda vegetação nativa, que é pra tirar o cascalho, né?, pra poder construir asfalto. Isso foi a culpa do DNER<sup>28</sup>, pelo meno, do governo. E aí foi ni todas as cabeceiras que nós temos... Se ocê pegar nossos principais rios aqui da nossa comunidade, entre os municípios de Montes Claros, Coração de Jesus, Brasília de Minas, Glaucilândia, Bocaiúva e Claro dos Poções, que é o Verde Grande, o Guavinipã, o rio São Lamberto e o Pacuí, numa parte são, é a bacia do São Francisco e tem outra parte que virou pra lá, que já faz quase parte do Jequitinhonha. Então, isso aqui, essa serra aí, isso é um lugar que é intocável, tem que ser uma APA<sup>29</sup>, uma reserva permanente, pelo meno,*

---

<sup>28</sup> Departamento Nacional de Estradas e de Rodagens.

<sup>29</sup> Área de Preservação Ambiental. Possui legislação federal específica.

*que ninguém pode botar a mão. Se ocê mexer lá, acaba tudo". (Relato de entrevista. D1, trabalhador rural).*

Os participantes plenos falam sobre o meio ambiente com propriedade, praticam e tentam conscientizar as outras pessoas. Pelo que foi observado, eles têm abertura para as práticas agroecológicas ou uso de insumos químicos mínimos.

Os participantes eventuais, no discurso (e para causar boa impressão ao pesquisador ou outra pessoa de passagem pela comunidade) acham importante a questão ambiental, porém, na prática, o interesse econômico sobrepõe o meio ambiente. Não acreditam nas práticas agroecológicas e aquilo que a EMATER ou outro produtor da região, mas que vem de outra realidade econômica e urbana, recomendarem é "o melhor". Não que essas opiniões não possam vir com proveito e adequação à realidade, o fato é que, na maioria das vezes, a partir das conversas com os agricultores, essas práticas não são participativas. Vem uma proposta pronta, tem-se o aval de um grupo pequeno interessado e beneficiado num primeiro momento e, feita a proposta, poucos contradizem, embora internamente saibam que aquilo não é "o melhor".

O primeiro grupo de pessoas não participa, em sua maioria, desses espaços onde há um maior número de participantes eventuais e não-participantes. Os participantes plenos, convictos dessa equação de sustentabilidade ambiental e produção agrícola, gastam seus esforços e tempo em outras discussões além da técnica e da comercialização, uma vez que o seu saber partilhado no dia-a-dia lhe dá condições de reprodução social em todos os aspectos, técnicos e econômicos inclusive.

Os não participantes acham que todos devem produzir respeitando e convivendo com a natureza, menos ele. Outros não se importam com nada disso, não percebem o aumento da população e os efeitos que podem causar ao meio



ambiente se cada qual devastar e poluir com o pensamento de que há ainda muito cerrado e que seus atos são mínimos, insignificantes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação de intervenção pastoral em comunidades rurais sempre terá efeitos ou impactos na população. Nesse caso, como na educação, não há neutralidade. Ou a ação será conscientizadora e libertadora, rompendo com as estruturas de poder político e financeiro, ou manterá o estado de dominação, em consequência da falta de opção e compromisso com a população (presença no meio do povo e com o povo). Os atores sociais jesuítas e os agentes de pastoral, responsáveis pela forma de intervenção cujos impactos foram pesquisados, estavam situados num contexto de uma Igreja renovada e sob forte influência da Teologia da Libertação, da redefinição da ação pastoral pelo Concílio Vaticano II e pelas conferências episcopais de Medellín e Puebla.

Pela realidade histórica e atual construída pelas pessoas das comunidades, constatou-se que esta intervenção da paróquia São Sebastião foi de cunho educativo. A presença de pessoas de fora da comunidade, religiosos e leigos, com o propósito pastoral de organizar as CEBs, incentivou algumas pessoas deste espaço a tomarem consciência de si e da sua relação com as outras pessoas, com o ambiente e com a sociedade, pela perspectiva da fé relacionada com a vida.

O espaço para que ocorresse essa tomada de consciência foi o lugar de moradia, das relações e da convivência, ou seja, a comunidade. Dessa participação ou desse envolvimento brotaram um novo jeito de “ser Igreja”, um novo jeito de percepção da realidade. Como consequência, aconteceu, para algumas pessoas, a ruptura com a realidade predeterminada e alienante até então estabelecida. Esta ação possibilitou ainda a ampliação da visão e da prática participativa nas associações, no STR e na própria comunidade. Com isso, a

comunidade transformou-se (conquistando mais poder) tornando-se também ainda mais solidária e confiante.

Ao participarem da paróquia, as pessoas que já participavam da vida na comunidade sentiram-se confirmadas, apoiadas e incentivadas reciprocamente. Os habitantes dessa região se destacavam em outros espaços e movimentos sociais, além da paróquia, pelas atitudes éticas, questionadoras e de comprometimento. Por outro lado, interagindo no trabalho com estas pessoas, a equipe de pastoral também se entusiasmou e sentiu-se motivada a se empenhar mais. Ao tentarem ajudar foram ajudadas pelas pessoas das comunidades rurais. O exemplo de resistência e de perseverança dos trabalhadores rurais incentivou os agentes de pastoral à participação cidadã nos grupos sociais no espaço urbano da paróquia, no seu bairro, família, escola ou trabalho.

A intervenção educativa para a participação social nas comunidades propiciou o crescimento pessoal, comunitário e regional. Conseqüentemente, contribuiu para o desenvolvimento a partir do envolvimento das pessoas, como protagonistas na resolução dos seus problemas em todos os âmbitos, inclusive na busca de alternativas para o modelo devastador da Revolução Verde<sup>30</sup>.

Como as mudanças culturais não ocorrem em curto prazo, há que se continuar o trabalho de conscientização e de organização das CEBs e repensar as suas metodologias e práticas, adaptando-as às necessidades de hoje. Ver-se, julgar-se e agir, torna-se condição imprescindível para que o jeito novo das CEBs não envelheça ou acabe, morra, como em muitas outras paróquias do Norte de Minas Gerais.

Tampouco está acabada a trajetória participativa dos trabalhadores rurais e dos moradores dessa região. Ao contrário, há muito que refletir e avaliar, na

---

<sup>30</sup> Há um campo aberto para a realização de outras pesquisas. Ficam como sugestões os eventos de fortalecimento, contraposição e reivindicação: os casos das comunidades e associações em defesa dos seus direitos, do cerrado e das nascentes.

atual conjuntura, sobre o que foi e o que será feito para continuar o protagonismo das próprias pessoas da comunidade, incluindo aí as novas gerações no exercício da cidadania e da participação. A comunidade terá que continuar lutando para manter-se fortalecida e contrapor-se diuturnamente ao falso modelo de desenvolvimento prometido pelos “politiqueiros” e pelas forças capitalistas contrárias ao seu crescimento socioeconômico e à sua sustentabilidade: areeiras, çarvoeiras, desmatamentos e o largo uso de agrotóxicos.

O trabalho da paróquia foi importante para o desenvolvimento da região, na ótica de seus moradores, porque valorizou o saber e a cultura locais, agregando conhecimentos pela conscientização. Logo, ao animar e incentivar a união, provocou crescimentos pessoais e mudanças comunitárias pela conscientização sobre seus direitos, meio ambiente e organização. Esta forma de atuação pastoral, embebida na Teologia da Libertação, foi possibilitada pela formação das Comunidades Eclesiais de Base. As pessoas que participaram das CEBs se envolveram qualitativamente nas organizações de interesse local, propiciando um trabalho ou atitudes a partir da concepção do desenvolvimento rural sustentável e participativo.

A ação pastoral teológica libertadora dos jesuítas e dos agentes de pastoral, nas comunidades rurais da paróquia São Sebastião, influenciou na educação para participação e contribuiu para a inserção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no movimento associativo e em outras organizações de interesse de forma comprometida e participativa (democrática), em contraposição às estruturas políticas e econômicas historicamente dominantes da região.

O desenvolvimento não existe por si; foram o envolvimento e a participação que levaram ao desenvolvimento pessoal e comunitário nesta região. Com as CEBs, tomaram consciência de que o protagonismo no cuidar e

no conduzir os rumos históricos na comunidade, na associação, na escola, na Igreja e na política, deve ser delas mesmas que já vivem ali. Essa intervenção nestas comunidades rurais foi favorecida pelos laços sociais (parentesco, amizade e reciprocidade), culturais (identidade) e ambientais (relação com a terra, o cerrado, o ar e a água), condição diferente daquela vivenciada na sede do município.

A conquista do direito de participar de forma cada vez mais ampla, uma vez revelado e experimentado, é contínua, tem começo, mas não terá fim. Considerando a perspectiva da sustentabilidade e das gerações futuras, urge iniciar ou reiniciar a caminhada partindo da fé que busca a justiça para se chegar à paz “hoje”, como família humana, povo de Deus, rumo à terra sem males.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001a. 80 p.

ALENCAR, E. **Complexos Agroindustriais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001b. 80 p.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. 125 p.

ALENCAR, E. **Formas de intervenção e associações comunitárias: apresentação de três casos**. In: ENCONTRO NACIONAL ANPAD, 19., 1995, João Pessoa. Anais... João Pessoa: [s.n.], 1995.

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB, 1998. 402 p.

ALLPORT, G. W. **Personalidade: padrões e desenvolvimento**. São Paulo: EDUSP, 1974. 721 p.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: EDUSP, 1995. 333 p.

AMÂNCIO, R. **O uso de indicadores locais de desenvolvimento e a sustentabilidade da reforma agrária no cerrado do norte e noroeste de MG**. Rio de Janeiro: 1999. 323 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

AMÂNCIO. **Participação de trabalhadores rurais em assentamentos de reforma agrária: o caso da fazenda vereda grande, MG**. 1991. 100 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Escola Superior de Agricultura de Lavras.

APOSTOLADO SOCIAL DA COMPANHIA DE JESUS. Documento interno, 1998. São Paulo: Loyola, 1998. 42 p.

BECKER, H. S. De que lado estamos? In: \_\_\_\_\_. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 123-136.

- BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense: Nova Cultural, 1985. 116 p. (Coleção primeiros passos).
- BETTO, F. **CEBs, rumo a nova sociedade**. São Paulo: Paulinas, 1983. 126 p.
- BETTO, F. Eucaristia e socialismo. In: BOFF, L.; BETTO, F. **Mística e espiritualidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 41-43.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade: tratado de sociologia da realidade**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 247 p.
- BOFF, C. **Como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 118 p.
- BOGDAN, R. C.; BIKKLEN, S. K. Características da investigação qualitativa. In: \_\_\_\_\_. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Ed. 1994. Cap. 2, p. 47-51.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 81 p. (Coleção primeiros passos).
- BRANDÃO, C. **O arдил da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986. 115 p.
- BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 6, n.1 p. 1-23, jan./jun. 1989.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001. 372 p.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 143 p.
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974. 342 p.
- CIZESKI, A. (Apresentação). In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. 1995. p. 9-10.

DA MATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: ROCCO, 1987. 256 p.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais.** 1998. 188 p. Dissertação (Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Universidade Internacional de Andalucía, Sede Ibero Americana de La Rábida.

DEMO, P. **Participação é conquista.** Fortaleza: EUFC, 1986. 137 p.

DOCUMENTOS da CNBB; 25. **As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil.** 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente, Brasília DF, 23 a 26 de novembro de 1982. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1999. 35 p.

FERREIRA, S. M. **A agricultura familiar como ideal cristão: uma análise sociológica da política agrária da Comissão Pastoral da Terra.** 1999. 131 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

FOOTE-WHYTE, W. **Treinando a observação participante.** In GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p 77-86.

FREIRE, P. **Educação de adultos: algumas reflexões.** In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. 1995. p. 10-16.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 165 p.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

GIANOTTEN, V.; DE WIT, T. **Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa.** In: BRANDÃO, C. (Org.) **Repensando a pesquisa participante.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987. p. 158-188.



- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999. 153 p.
- GRAY, J. **O Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record. 1999. 333 p.
- GIDDENS, A. Sociological research methods. In: \_\_\_\_\_. **Sociology**. Oxford: Blackwell, 2001. Cap. 20, p.638-659.
- GUTIERREZ, G. **La fuerza histórica de los pobres**. Lima: CEP, 1979. 427 p.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 327 p.
- JARA, O. **Concepção dialética da educação popular**. São Paulo: CEPIS, 1985. 35p.
- LEFF, E. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. 2. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994. 437 p.
- LIBANIO, J. B. **Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo**. São Paulo: Loyola, 1987. 292 p.
- MALINOWSKI; B. K. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova Guiné Melanésia**. 3. ed. São Paulo: Abril, 1984. 432 p. (Coleção Os pensadores).
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1974. 325 p.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 186 p.
- MARX, K. Teses contra Feurbach. In: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978. p. 55-60. (Coleção Os pensadores).
- MERCADANTE, M. **As novas regras do código florestal: Repercussão Sobre a Gestão dos Recursos Naturais na Propriedade Rural**. 22 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/regional/lamerica>>. Acesso em: 10 nov. 2002.
- MERICO, L. F. K. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: FURB, 1996. 160 p.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 17-33, 1996.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973. 368 p.

PAIVA, V. P. **Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 208 p.

PEREIRA, J. R. **Movimento associativista e Igreja em São Domingos do Prata - MG**. 1991. 100 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Escola Superior de Agricultura de Lavras.

PÉREZ, J. A. R. **Resistência e adaptabilidade dos *Aymaras* aos processos de modernização (um estudo de caso nos *Yungas* da Bolívia)**. 2000. 105 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. 305 p.

POLETTI, I. A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da história da CPT. In: SECRETÁRIADO NACIONAL DA CPT (Org.). **A Luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 21-69.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **A agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1994. 324 p.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 p.

ROGERS, E.; SHOEMAKER, F. F. **Communication of innovations**. 2.ed. New York: Mcmillan, 1971. 367 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SCHULTZ, T.W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207 p.

**SILVA, C. E. M. Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas.** 1999. 68 p. Dissertação (Mestrado em Geografia e Organização Humana do Espaço) – Universidade Federal de Minas Gerais.

**SILVA, W. R. A saga dos Pereiras no coração do cerrado: vivência religiosa e organização rural.** 2001. 131 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**SPRADLEY, J. Participant observation.** New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980. 195 p.

**VAZ FILHO, F.A. Indicadores da sustentabilidade de comunidades ribeirinhas da Amazônia Oriental.** 1997. 275 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**YIN, R.K. Case study research: design and methods.** 2. ed. SAGE publications, USA, 1994. 171 p.